



ADFA



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XIX n.º 216

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Dezembro — 1992



- Secretário de Estado da Defesa Nacional garante continuação de disponibilidade governamental no apoio à ADFA
- Secretário de Estado das Infraestruturas e Tecnologias de Defesa, em reunião de apresentação de cumprimentos, aceita convite para visitar a nova Sede

1993

VIDA ASSOCIATIVA

UM ANO DE MUDANÇA



- Sede e Delegações envolvem sócios e familiares em convívios de Natal
- Delegação do Porto comemora 18.º aniversário em ampla vivência associativa
- Revisão Estatutária em fase de reflexão junto dos sócios
- 19JAN/18H30 — Sede — apela-se a forte participação associativa em reunião de especial interesse



LEGISLAÇÃO — ADFA apresenta e reformula propostas legislativas sobre reconhecimento dos grandes deficientes militares cujos acidentes foram considerados sem nexos com o serviço, acumulação de pensões pelos deficientes em serviço abrangidos pelo Estatuto da Aposentação e subsídio de risco dos paraquedistas. Reconhecido entendimento defendido pela ADFA sobre aquisição de viaturas.

09DEZ — **Dia Nacional do Deficiente** — comemorado em todo o país, ADFA integra-o nas realizações do Secretariado Nacional de Reabilitação, em Braga, e leva a efeito, em Lisboa, «jornada de reflexão» com organizações de e para deficientes

Agenda

Secretário de Estado da Defesa Nacional

O Secretário de Estado da Defesa Nacional, que se encontrava acompanhado pela sua Chefe de Gabinete, dr.^a Zulmira Queirós, recebeu, para mais uma reunião de trabalho, a Direcção Central, a qual lhe expôs a actual situação e enquadramento de alguns dos principais «cadernos» que tem em mãos, nomeadamente quanto à nova Sede e necessidade de um reforço financeiro final para obras de acabamento; à legislação (ver «Informação aos sócios»); ao Lar Militar e urgência em implementar o seu real aproveitamento, com defi-

legislativas em análise no seu Gabinete.

Secretário de Estado das Infraestruturas e Tecnologias de Defesa



Para apresentação de cumprimentos, o Secretário de Estado das Infraestruturas e Tecnologias de Defesa recebeu a Direcção Central da ADFA, ocasião que foi aproveitada para larga troca de impressões sobre a ADFA e questões pertinentes, assim como para endereçar convite ao dr. Eugénio Ramos, que se encontrava acompanhado do seu assessor, dr. Adérito Pinto, para visitar, oportunamente, as obras da nova Sede, o que pronta e amistosamente aceitou.

Hospital Militar Principal

nição clara da tutela (que se advoga ser directa do MDN) e dinamização da Comissão Técnica, tendo em vista, entre outras questões, o caso das (não) idas ao Hospital Militar de Hamburgo; à VI Conferência Mundial sobre Legislação/FMAC, a ter lugar em Lisboa em 1994, realizando-se a próxima reunião preparatória, também na capital portuguesa, já em fins de Janeiro de 1993, e à Tipografia-Escola, cuja futura reinstalação está dependente da exequibilidade de uma hipótese na zona de Alcântara/Ajuda.

Os Presidente e Vice-Presidente da Direcção Central deslocaram-se, para uma reunião de trabalho, ao HMP, tendo sido recebidos pelo respectivo Director, dr. Eduardo Mota, tendo estado também presente o Sub-Director daquele estabelecimento, dr. Guimarães.

Tendo sido vários assuntos abordados, nomeadamente as questões sempre pendentes, e cada vez mais importantes por razão da idade do deficiente, da assistência médica e ajudas técnicas, assim como também da transferência de Serviços, entre eles o 6, do Anexo para a Estrela, à DC foi garantido todo o interesse, profissional e pessoal, dos responsáveis pelo HMP em melhorar e humanizar cada vez mais o atendimento,

recebendo do melhor agrado toda e qualquer sugestão feita pela ADFA.

Foi, finalmente, também entregue ao dr. Eduardo Mota um memorando sobre «Reabilitação profissional de deficientes das Forças Armadas — cegos e amblíopes», face ao espírito do próprio DL 43/76 e ao aparecimento das novas tecnologias de informática que permitem uma muito melhor valorização dos deficientes visuais, o que as deve colocar no âmbito geral de «ajudas técnicas», tendo o Director do HMP prometido debruçar-se, com a melhor atenção, sobre este assunto.

Atletas paraolímpicos Câmara Municipal de Lisboa



Tendo a Câmara Municipal de Lisboa homenageado, com a atribuição da «Medalha de Mérito Municipal», os atletas do Concelho, vencedores e premiados nos Jogos Paraolímpicos, à respectiva cerimónia esteve presente, pela ADFA, o 1.º Secretário da Direcção Central.

Câmara Municipal do Porto

A idêntica cerimónia, realizada pela Câmara Municipal do Porto, estiveram presentes os Presidentes da Direcção Central e da Direcção de Delegação.

Sociedade Histórica da Independência de Portugal



Organizadas mais uma vez pela Sociedade Histórica de Portugal, decorre-

ram as comemorações de mais um aniversário do 1.º de Dezembro, este ano sob a presidência do Primeiro-Ministro, tendo às mesmas estado presentes os Presidente e Vice-presidente da Direcção Central.

Assistência Médica Internacional



Por ocasião do VIII Aniversário da Assistência Médica Internacional, o vice-presidente da Direcção Central representou a ADFA nos actos próprios, tendo ouvido da boca do dr. António Nobre, seu Presidente, simpáticas e públicas palavras pela colaboração que a nossa Associação tem prestado à AMI.

Elo Social

Sob a presidência do Ministro do Emprego e da Segurança Social, foram inauguradas as novas instalações da «Elo Social», organização ligada à cooperação com os PALOPs, cerimónia a que esteve presente o Presidente da Direcção Central.

Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes



Decorreu o 1.º Congresso da FPDD, presidido pelo respectivo presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Arruda, tendo sido apresentados e aprovados os Plano de Actividades e Orçamento, assim como se fez uma análise sobre os vários «Jogos» para atletas deficientes que decorreram recentemente em Espanha e o comportamento altamente meritório dos representantes portugueses.

Dia Nacional do Deficiente na

Rádio Comercial

Tendo sido levada a efeito, aos microfones da Rádio Comercial, uma «mesa-redonda» sobre emprego para pessoas cegas, para que foram convidadas várias organizações ligadas a essa problemática, a ADFA fez-se representar pelo Presidente da Direcção Central.

Associação Portuguesa de Miastenia Gravis

Realizou-se, na Sede da ADFA, uma reunião de

trabalho entre responsáveis da mesma e da Associação Portuguesa de Miastenia Gravis, tendo sido analisadas as grandes questões da política de reabilitação e sendo entendido como de muita utilidade uma mais regular troca de informações.

Comissão dos Ex-combatentes de Cuba e Residentes



Para mais um almoço comemorativo de aniversário (10º), teve esta Comissão a amabilidade de convidar a ADFA.

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: *Tipografia-Escola ADFA*

(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide

R. Artilharia Um, n.º 107

1200 LISBOA

☎ 65 35 93



**COLABORANDO
E PARTICIPANDO
ENGRANDECES A ADFA
E PERSPECTIVAS
O TEU FUTURO!**



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

— uma jornada de reflexão na ADFA

Por ocasião das comemorações do Dia Nacional do Deficiente, e subordinada a quatro grandes temas — a participação, a

te sobre a actual situação da pessoa com deficiência e das suas organizações.

Foi unanimemente reconhecido, face à exten-



informação, a intervenção social e a solidariedade —, levou a efeito a nossa Associação, na Sede, em 7 de Dezembro, uma jornada e reflexão para a qual foram convidadas várias organizações ligadas à área e problemática da deficiência/reabilitação.

O encontro, que contou com a presença de cerca de 30 participantes, em representação de 15 entidades, iniciou-se com a leitura de dois documentos para o efeito preparados pela APIR/Associação Portuguesa de Insuficientes Renais e pela UC-NOD/União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, tendo proporcionado vivo e interveniente deba-

ção participativa que, pela Lei de Bases da Reabilitação, é atribuída ao cidadão deficiente e às suas associações próprias, merecer atenta reflexão e ser motivo de preocupação a restrição de que se vêem alvo, ao ser reduzida para 2 lugares, numa assembleia de 17, a sua representação no Conselho Nacional de Reabilitação/ /CNR, o qual, para mais, passa a reunir apenas quadrimestralmente, quando antes o fazia uma vez por mês.

Considera-se assim ser profundamente redutora a audição, provocada pela nova Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação/SNR, da voz da população deficiente, cuja opinião não foi, tam-

bém, auscultada para a respectiva elaboração, provocando restrições, até por total falta de conhecimento sobre a sua composição e funcionamento, à aceitação do «grupo de diálogo» recentemente criado e que indigitará os 2 elementos que terão assento no CNR.

Foi assumido não existir, com carácter federativo ou confederativo nacional qualquer organismo de cúpula neste momento capaz de congregar e aglutinar o movimento associativo de deficientes, o qual, em boa verdade, carece ser reforçado e dinamizado no sentido de exprimir, em força dinâmica

al, com inteira isenção, logo totalmente liberta de influências e pressões quer de qualquer Poder instituído quer de grupos sociais e políticos.

A finalizar, a assembleia congratulou-se por esta iniciativa da ADFA, salientando as amplas virtualidades que poderá trazer a continuidade deste tipo de reflexão conjunta, lastimando-se da nula divulgação que de tais eventos faz a «comunicação social», esperando que em tempo oportuno surja hipótese para novo encontro, na certeza de que tais envolvências poderão dar um contributo muito posi-



e convergente, a realidade, e inerente reivindicação de cariz unicamente soci-

tivo e aglutinador às questões da deficiência e da reabilitação.

REUNIÃO DE SÓCIOS NA SEDE

convocatória

Para importante reunião de informação e análise de várias importantes questões relativas à vida associativa, convocam-se os sócios da área de Lisboa, e todos os mais que queiram comparecer, para um encontro de trabalho na SEDE, no dia 19 de Janeiro próximo, pelas

18H30, estando agendados os seguintes pontos:

- informações gerais;
- nova Sede — dinâmica de mudança;
- legislação: propostas ultimamente apresentadas e situação actual do «Estatuto do Deficiente Militar»;
- revisão estatutária.

COMPARECE E PARTICIPA!

A TUA VOZ É-NOS FUNDAMENTAL!

QUOTAS

De harmonia com a deliberação da Assembleia Geral Nacional Ordinária de 1992, recorda-se aos associados que a quota para o ano de 1993 é no valor de 450\$00/mês.

Para os que já aderiram ao sistema de desconto em conta bancária, informa-se que a transferência relativa ao primeiro semestre (no montante de 2.700\$00), será efectivada no mês de janeiro, devendo a do segundo ser realizada em Julho.

Para os restantes associados, reforça-se o convite para que se juntem aos que optaram pela nova e mais cómoda forma de cobrança, pedindo o respectivo impresso na Sede, Delegações ou Núcleos, devolvendo-os, após preenchidos devidamente, logo que possível. **A mudança é sinal de dinâmica!**

Seja qual for o sistema adoptado, pagar quotas é contribuir para o reforço da nossa Associação e a garantia objectiva da manutenção e alargamento dos nossos direitos.

DELEGAÇÃO DO PORTO

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação, convoca os sócios da Delegação, nos termos do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, para Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **06 de Fevereiro de 1993**, com início marcado para as **14.30 horas**, nas instalações da Delegação, Rua Pedro Hispano, 1105, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único — Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano de 1992.

Porto, 20 de Dezembro de 1992

O Presidente da MAGD
Reinaldo Ramos Soares Ferreira

Serviço de Apoio Psico-Social e Médico

Reunião de associados com calçado ortopédico

O Serviço de Apoio Psico-Social e Médico promoverá uma reunião na Sede, no dia 23/01/93 (3.º Sábado de Janeiro) pelas 15H00, com associados que utilizem calçado ortopédico e que se tenham deslocado a Hamburgo.

Sabendo este serviço das dificuldades e preocupações deste grupo de associados, pois na maior parte dos casos o seu segundo par de botas encontra-se já em fase adiantada de deterioração, desejamos debater em conjunto esta situação, que consideramos muito grave, para que sejam tomadas medidas de resolução urgente deste problema.

NÃO DEIXES DE COMPARECER.

EDITORIAL



Ao finalizar mais um ano no rápido decrescer deste século, coincidindo 1992 com o encerramento da Década que as Nações Unidas dedicaram à pessoa deficiente, em que o Mundo em mutação vertiginosa, nem sempre controlada, nos confronta permanentemente com novas ideias e novas criações no campo do saber, quando a um passo da grande abertura para a Europa comunitária se assistem ainda, no Velho Continente, a graves manifestações xenófobas que também se começam a dirigir ao cidadão deficiente, a ADFA tem que reforçar, no futuro imediato, o posicionamento, sempre assumido, do direito à dignidade e participação social daqueles que, por qualquer forma ou origem, se viram diminuídos da sua capacidade dita normal.

Deve, neste momento, ser interiorizado, em reflexão colectiva, que o reconhecimento prestado à nossa Associação, até agora, não é fruto de estratégias momentâneas e sectoriais, mas sim de quase duas décadas de trabalho alicerçado em objectivos e projectos coerentes, suportado pela credibilidade do grupo social que durante 15 anos se entregou, de alma e corpo, ao serviço da Nação, tendo assim, num saber dialogante sem subserviência, granjeado créditos para uma maior afirmação no futuro, o que se poderá concretizar em garantir também, e designadamente para os deficientes militares, no seu direito à capacidade activa de intervir, em igualdade de circunstâncias, na comunidade.

Tal desiderato é tanto possível quanto exequível. No entanto, o mesmo só será concretizável se a nossa Associação se continuar a apresentar à sociedade como organização independente, forte, unida e reveladora dos anseios e vontades, única e eminentemente sociais, dos que a integram, metas que nunca serão atingíveis se a participação de todos nós, nos actos associativos, ainda que de somenos importância se afigurem, e dadas as novas responsabilidades assumidas quer com a nova Sede quer com toda a intervenção de futuro a nível nacional e internacional, com especial destaque para a cooperação, não corresponder à dinâmica e envolvimento que sempre temos querido para todos os momentos da nossa vivência.

A Direcção Central

**Participando
construímos
o futuro**

INFORMAÇÕES AOS SÓCIOS

LEGISLAÇÃO

No enquadramento da reivindicação legislativa da ADFA, e aquando da recente audiência concedida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional à Direcção Central (ver «Agenda»), foram entregues, para estudo e seguimento conveniente, àquele departamento governamental, diversas propostas por cuja concretização, em forma de lei, a Associação vem pugnando, e cuja aprovação seria mais um factor de reconhecimento e de justiça prestado aos que anseiam por uma vida mais digna.

Assim, e tratando da questão de militares que «adquiriram deficiências como resultado do serviço militar e que embora não equiparáveis no serviço de campanha, ainda se prenderam com a circunstância do país se defrontar com situações de guerra», não sendo abrangidos quer pelo Decreto-Lei 43/76 (DFAs), quer pelos 314/90 e 146/92 (GDFAs), reforça-se, no próprio texto introdutório do proposto Projecto de Diploma, a existência de «deficientes que adquiriram as suas incapacidades em consequência da sua deslocação e permanência em zonas de guerra e enquanto cumpriam o serviço militar que ainda não são abrangidos por quaisquer normas de protecção».

É certo que as suas incapacidades não resultaram directamente do serviço mas reconhece-se que em circunstâncias normais não eram possíveis os acidentes que lhes deram origem, havendo uma forte ligação, ainda que indirecta, à prestação do serviço militar».

Por outro lado, também se faz notar a especificidade e risco permanente do serviço militar, mesmo em tempo de Paz — infelizmente, passadas que são quase duas décadas sobre o final da guerra em África, a ADFA continua a receber novos sócios...

Em resumo, a nossa Associação propõe:

1.º

1 — Os acidentes sofridos durante o cumprimento do serviço militar, por militares a quem, em consequência, foi ou venha a ser atribuído um grau de incapacidade igual ou superior a 30% na capacidade geral de ganho são qualificados para todos os efeitos, designadamente no DL 498/72 de 09 DEZ, como adquiridos em serviço e por motivo do seu desempenho.

2 — Para efeitos do número anterior, consideram-se acidentes durante o cumprimento do serviço militar, os ocorridos:

a) Nos ex-territórios ultramarinos portugueses e fora destes sempre que o militar se encontrasse devidamente autorizado, quando em comissão de serviço.

b) Nas Unidades e estabelecimentos militares bem como nos locais onde se desenvolvem actividades militares de qualquer natureza,

c) Na ida para o local de serviço e no regresso deste, independentemente do percurso e do risco e do meio de transporte utilizado.

— Em relação a outro assunto, também por diversas vezes já equacionado, que se prende com a acumulação da pensão militar com a reforma da função pública para os deficientes em serviço incluídos no Estatuto da Aposentação (DL 498/72), a exemplo do conseguido para os DFAs (DL 183/87), fez-se uma outra exposição, baseada quer na própria Constituição da República Portuguesa quer na Lei de Bases da Reabilitação, para considerar da mais elementar justiça não ser admissível que o cidadão trabalhador deficiente, ao atingir, quase sempre sexagenário, o direito à sua reforma, para a qual descontou durante tantos anos, se veja confrontado com uma diminuição significativa dos seus rendimentos quando, por natureza, mais necessidade terá do seu também direito a um fim de vida com dignidade e segurança.

Acresce, no nosso caso, que a pensão militar deve ter um carácter eminentemente indemnizatório e, por tal, não pode concorrer com a reforma merecida pelo trabalho prestado à comunidade, direito reconhecido a todo e qualquer cidadão.

Propõe-se, assim, que o Art.º 13.º do Decreto-Lei 43/76, na sua redacção actual, venha a ser aplicado a todos os deficientes militares.

— Finalmente, reformulou-se uma anterior proposta sobre a «gratificação de serviço de pára-quedista» (subsídio de risco), tendo em conta que, dentro do espírito do Decreto-Lei 43/76, não estará a ser feita a correcta interpretação da redacção dada ao Art.º 12.º do Estatuto da Aposentação pelo DL 75/83, resultando daí que aquela não tem sido abonada, por inteiro, do cálculo das pensões dos DFAs.

Na realidade, não só o DL é lei especial em relação àquele Estatuto, devendo as suas normas prevalecer sobre as do mesmo, como também a impossibilidade de salto é resultado de acidente em serviço e de consequente deficiência, acrescentando o facto de que enquanto o militar se mantém no activo, embora já deficiente e incapaz para a prática do pára-quedismo, tal gratificação continuar a ser recebida por inteiro.

Considera pois a ADFA que as dúvidas até agora levantadas, sempre de carácter técnico, poderão, caso haja vontade política, ser simplesmente resolvidas e ultrapassadas por despacho interpretativo ou Portaria.

Aquisição de viatura

No seguimento da informação já prestada em Novembro passado acerca da autorização legislativa concedida pela Assembleia da República, através do Orçamento de Estado, para que o Governo regulamente as condições de aquisição de veículos por pessoas deficientes (grau de incapacidade igual ou superior a 60%) e conforme divulgado então, pretender-se-ia que fosse aprovada legislação que incluísse no âmbito do Decreto-Lei 103A/90 os DFAs, em objectiva contradição com os próprios princípios deste diploma.

Tomado conhecimento de tal proposta legislativa, a ADFA, tal como é conhecido, elaborou um documento em que se reafirmava a especificidade do DL 43/76 em toda a sua plenitude, pelo que se entendia que o seu Art.º 15.º, se esvaziado de conteúdo, carece de nova regulamentação e não de revogação. Na verdade, além da quebra da força jurídica daquele documento, que desde 1976 tem vindo a ser suporte para o direito à reabilitação, à integração social e à reparação económica e moral dos DFAs, entende-se que a abrangência que o referido Art.º 15.º dava à aquisição de viatura utilitária não deve, por qualquer forma, ser alterada, pese embora a necessidade de alguma harmonização, designadamente na definição sobre o que é plausível considerar-se uma «viatura utilitária». Tal entendimento, expressamente manifesto quer em exposições quer em audiências com responsáveis governamentais, mereceu acolhimento das entidades próprias, podendo adiantar-se que, conforme esclarecimento do Gabinete do SEDN, se indica não se pretender, de modo nenhum, retirar benefícios fiscais aos DFAs, tratando-se unicamente de actualizar as referências legislativas, procedendo-se a harmonização dos respectivos regimes sem prejuízo do disposto no DL 43/76.

Creemos, assim, estar encontrada abertura para que toda a regulamentação a publicar sobre esta matéria não venha, de forma alguma, a prejudicar o carácter indemnizatório e a abrangência de aplicação de tal espírito aos que, por serviço da Nação, mais dificuldades encontram na sua reabilitação e inserção social.

Novo cartão de beneficiário das ADM

Por despacho do Secretário de Estado da Defesa Nacional, publicado no DR n.º 259, II Série, de 09NOV92, foi aprovado o **novo modelo de cartão das ADM**, que, passando a ser produzido em material plástico e emitido por meios informáticos, é agora idêntico para os 3 Ramos das FA, não contendo fotografia do titular (se necessária uma identificação ela far-se-á através do BI ou outro documento legal com foto), o qual, no entanto, terá que o assinar no verso para validação.

Devendo ser os novos cartões começados a distribuir a partir de 04 de Janeiro de 1993, tal processar-se-á, para (a) **os militares no activo, na reserva ao serviço e beneficiários dependentes**, através dos respectivos lugares de colocação (Secções Financeiras), contra devolução dos antigos documentos; para (b) **os militares na reserva fora do serviço, na situação de reforma, viúvas titulares, DFAs, pensionistas e beneficiários dependentes**, por envio para as respectivas residências, procedimento que neste caso poderá deparar com algumas dificuldades pelo facto de alguns utentes não terem devidamente actualizado as suas moradas, o que deverá fazer o mais rápido possível.

Quando houver necessidade de requerer/emitir novos cartões, os beneficiários considerados em primeiro lugar (a) fá-lo-ão através do próprio serviço onde estão colocados e os em segundo lugar (b) por mão própria ou por correio, em ambos os casos após preenchimento do respectivo impresso para emissão automática de cartões.

Chama-se a atenção para o facto de que se prevê um **período de transição**, para este processo, que **irá até 30 de Julho de 1993**, durante o qual os actuais cartões manterão a validade.

NR: Tendo esta informação chegado ao ELO por meio de uma Circular do Departamento de Finanças do EME, generalizou-se o seu conteúdo, por se julgar ser idêntico o procedimento nos restantes Ramos. Em caso de dúvida, no entanto, deverão os beneficiários dirigir-se directamente ao respectivo serviço.

Alterações ao C/IRS para rendimentos de 1992

Tal como nos anteriores anos, ELO passa a informar sobre as actualizações e alterações introduzidas no Código do IRS, referentes a rendimentos auferidos no ano de 1992 e a declarar até 15 de Março (para trabalho dependente e/ou pensões — categorias A e H — Declaração Modelo 1) e até 30 de Abril (para as restantes categorias, cumulativamente ou não com as A e H — Declaração Modelo 2).

— Deduções
— Ao rendimento bruto de trabalho dependente (cat. A):

(Art.º 25.º, 1) — O limite desta dedução foi elevado para 378 000\$00.

(Nota: recorda-se que nos termos do n.º 3 deste mesmo art.º os sujeitos passivos portadores de deficiência igual ou superior a 60% têm direito a esta dedução com elevação em 50%, isto é, 567 000\$00).

— Ao rendimento das pensões (cat. H):

(Art.º 51.º, 1 e 2) — Os limites da não sujeição passaram para 605 000\$00, e o máximo de metade do excesso, para as de valor superior, para 1 512 000\$00.

— Abatimentos
— Ao rendimento líquido total:

(Art.º 55.º, 1, 2 e 3) — Os abatimentos referidos nas alíneas c) (despesas de educação), d) (despesas com lares e afins) e f) (prémios de seguros de vida, doença ou acidentes pessoais, quotizações sindicais e contribuições de carácter social) não podem exceder 130 000\$00 tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, ou 260 000\$00 tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados, sendo porém elevados, respectivamente para 152 000\$00 e 304 000\$00, se a diferença resultar de encargos com prémios de seguros e/ou contribuições para sistemas facultativos de segurança social.

Em relação à alínea e) (juros e amortizações de dívidas sobre habitação), o abatimento não pode exceder 240 000\$00.

(Art.º 55.º, 7) — Independentemente de qualquer documentação, serão sempre considerados, em relação às citadas alíneas c), d) e f), abatimentos no montante de 50% dos valores considerados (portanto, 65 000\$00 ou 130 000\$00, conforme a situação civil).

— Dispensa de Declaração

— (Art.º 58.º, 1 c) — Estão dispensados de apre-

sentar Declaração de rendimentos Mod. 1 os sujeitos passivos que tenham apenas obtido rendimento de pensões no montante inferior a 1 350 000\$00 no seu conjunto, quando casados e não separados judicialmente de pessoas e bens e 1 080 000\$00 nos restantes casos.

— Taxas gerais do imposto

— (Art.º 71.º) — Passam a ser os seguintes os escalões e respectivas taxas A/Normal e B/Média:

1 até 810 contos — 15%,

15%;

1 mais de 810 a 1890 c.

— 25%, 20,714%;

1 mais de 1890 a 4860 c.

— 35%, 29,444%;

1 mais de 4860 contos —

40%.

— Deduções à colecta

— (Art.º 80.º, 1) — a)

por cada sujeito não casado ou separado judicialmente de pessoas e bens: 27 500\$00;

b) por cada sujeito passivo casado e não separado judicialmente de pessoas e bens: 20 500\$00;

c) por cada dependente que não seja sujeito passivo de IRS: 15 100\$00.

(Nota: tal como indicado para o Art.º 25.º, e dentro do mesmo critério, as deduções aqui indicadas são também elevadas em 50%).

— Limites mínimos

Não houve alteração, pelo que o limite mínimo para cobrança é de 5000\$00 e o de restituição de 2000\$00.

— Outros

Continuam em vigor as disposições próprias para deficientes previstas no Art.º 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais que isentam de IRS 50% dos rendimentos de trabalho (categorias A e B) e que permitem a dedução total de prémios de seguros de vida cujo primeiro beneficiado é o deficiente, tal como a dedução total, com respeito aos mesmos, das despesas de educação e de reabilitação, salientando-se que para o ano de 1992 ficam também não sujeitos a tributação 30% dos rendimentos de pensões de deficientes com incapacidade igual ou superior a 60% (cat. H).

Em relação aos PPR/Planos Poupança Reforma, continuam em vigor os valores anteriores, isto é, permite-se a dedução até 500 contos, tendo sido estabelecido em 300 contos o montante respeitante aos PPH/Planos Poupança Habitação.

IRS 

Notícias avulsas

Por se achar de interesse, informam-se os sócios do seguinte, devendo, no entanto, quem desejar mais esclarecimentos, dirigir-se às entidades designadas:

— a União de Bancos Portugueses/UBP, possui uma conta, designada por «Uniespecial», destinada a deficientes, com grau de incapacidade superior a 60%, que pretendam aplicar as suas poupanças de forma rentável, consistindo tal num depósito no montante mínimo de

abertura de 50 000\$00, com entregas mensais a crédito nunca inferiores a 10 000\$00, sendo os juros produzidos isentos de IRS para saldos até 1 500 000\$00;

— o Automóvel Clube de Portugal/ACP e o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa/BESCL, assinaram recentemente um protocolo que permite aos sócios do primeiro obter, no segundo, financiamento para reparações convencionais dos seus carros.

SEDE - DELEGAÇÕES - NÚCLEOS

SEDE

DESLOCAÇÕES AOS NÚCLEOS DA ÁREA DE LISBOA

Núcleo de Cascais

No seguimento dos encontros havidos nos Núcleos de Alcobaça, de Aveiras de Cima e de Peniche, realizou-se, no passado dia 4 do corrente mês, uma reunião com a Comissão Instaladora do Núcleo de Cascais, estando presentes, para além de elementos desta, um representante da Direcção Central, membros do Conselho Nacional por Lisboa e o responsável do Departamento de Apoio Social da Sede.

Dada a presença do 2.º secretário da Direcção Central, foram prestadas informações sobre os trabalhos da revisão estatutária em curso, seguindo-se ampla troca de opiniões e sendo recolhidas algumas sugestões relativas, nomeadamente, à estrutura orgânica da ADFA-Sede-Delegações-Núcleos, na perspectiva duma melhor rendibilização dos meios em relação à realidade do funcionamento administrativo da ADFA. E ainda, quanto a uma maior participação dos grandes deficientes, em contraponto aos pequenos deficientes, na definição e decisões das políticas sociais e de reabilitação a desenvolver pela nossa Associação.

Foi sugerido que os serviços da Sede diligenciassem no sentido de que, aos deficientes das Forças Armadas, toda a medicação prescrita fosse fornecida com comparticipação a 100%, a exemplo do que é aplicado aos reformados militares, dado que se torna muito difícil, senão impossível, definir, no escalão etário em que nos encontramos, qual a medicação que é relativa à deficiência adquirida e a que não tem a ver com a mesma.

A propósito do cancelamento das deslocações ao Hospital Militar de Hamburgo, solicitou-se que a Direcção Central divulgasse as razões específicas que levaram a tal decisão e avançasse com as alternativas para os casos mais difíceis, como o dos deficientes utilizadores de botas ortopédicas e biamputados dos membros inferiores, que continuam a não ter respostas satisfatórias dos serviços fornecidos pelo Hospital Militar Principal.

Foram referidas as visitas de trabalho já efectuadas aos Núcleos da área de Lisboa, adiando-se as acções que os mesmos se propõem fazer para o ano de 1993.

Após breve troca de impressões sobre o número de

sócios residentes na área do Núcleo e caracterização de deficientes e situação legislativa, concluiu-se da necessidade de definir, com maior rigor, a sua zona relativamente ao Concelho de Sintra, dado que algumas das Freguesias têm uma ligação mais fácil a Lisboa-Sede do que a Cascais. Assim, a Comissão Instaladora responsabilizou-se por elaborar um novo levantamento da área do Núcleo da Costa do Estoril que esteja de acordo com as ligações naturais da zona e enviar este estudo à Direcção Central para aprovação.

Relativamente à realização das obras nas instalações do Núcleo, cedidas pela Câmara Municipal, o 2.º secretário da Direcção Central fez uma breve explanação sobre o historial do projecto das mesmas, as quais ainda não se efectivaram devido a uma certa indefinição sobre os fins e a utilização futura daquela infra-estrutura.

O representante da DC adiantou, no entanto, que a Direcção já decidiu avançar com as obras, dentro do orçamento previsto (1 200 000\$00, como valor máximo), responsabilizando-se a Comissão Instaladora quer por apresentar orçamento para os referidos trabalhos quer também pela sua implementação, informando regularmente a Sede do andamento dos mesmos.

Considerou-se, como conclusão, que a execução das obras nas instalações do Núcleo constituirá a tarefa prioritária das acções a desenvolver em 1993, para além de outras que possam vir a ser equacionadas e que serão objecto de proposta da Comissão Instaladora.

No final, o sócio Silvério Rodrigues referiu-se ao Serviço de Apoio Social, Médico e Psicólogo, que foi criado recentemente na Sede, e que coordena, informando de que a partir deste momento se pode dar uma relativa resposta aos associados nestas questões, através de um atendimento personalizado e apoio domiciliário sempre que necessário, tendo solicitado que os casos que careçam deste tipo de apoio, e que sejam do conhecimento da Comissão Instaladora, sejam encaminhados para este Serviço.

Núcleo de Tomar

O ciclo destas reuniões será encerrado no dia 9 de Janeiro de 1993, data em que se realizará uma reunião de trabalho com a Comissão Instaladora do Núcleo de Tomar, naquela cidade.

REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO LUMIAR

Com o intuito de se conhecer melhor a área onde se encontra implantada e irá funcionar a nova Sede da ADFA, o DASC solicitou uma entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, a fim de, em primeiro contacto, nos darmos a conhecer e, ao mesmo tempo, recolher informações sobre a vida urbana daquela zona da cidade, que será a Freguesia da nossa nova Sede.

A reunião efectuou-se no dia 2 do corrente mês, tendo o Presidente da Junta, dr. Luís Filipe do Nascimento Caeiro, recebido os representantes da ADFA nas pessoas dos tenente-coronel Jorge Maurício e major Lopes Dias, com muita cordialidade, considerando ser de muito interesse este encontro, promissor de futura colaboração entre aquela entidade e a nossa Associação.

A ADFA aproveitou para solicitar que lhe fosse fornecida uma relação de todas as instituições públicas e privadas instaladas naquela zona, com vista a proceder a um levantamento exaustivo da realidade local, sendo sua intenção contactar os organismos ali sediados, na perspectiva de conhecimento mútuo, equacionamento e desenvolvimento de acções comuns com organizações de e para deficientes e de solidarieda-

de social que prossigam objectivos idênticos aos seus. Por parte do dr. Luís Filipe Caeiro foi-nos reafirmada toda a disponibilidade da Junta para colaborar com a ADFA, organização que já conhecia e pela qual nutre grande apreço, comprometendo-se, a curto prazo, mandar remeter-nos toda a documentação solicitada, ficando ao dispor para quaisquer informações complementares que a ADFA julgue necessárias à reinstalação da sua nova Sede.

Numa breve troca de impressões que se seguiu, o Presidente da Junta confidenciou-nos que muitos dos residentes do Lumiar estão curiosos com a presença da ADFA na sua Freguesia e que muitos deles consideram ser benéfica a acção que a Associação venha a desenvolver na sua área.

A propósito, o «Boletim Informativo», trimestral, daquela Junta, vai inserir, no próximo número, um pequeno artigo sobre a ADFA, com fotografia da maquete do novo edifício, para um melhor conhecimento de todos os moradores e leitores.

Por fim, foi considerado, por ambas as partes, o mútuo interesse em colaborar para o desenvolvimento e engrandecimento da agora zona comum da cidade de Lisboa.

Costa do Estoril

No dia 23 de Novembro, a Direcção do Núcleo da Costa do Estoril da ADFA foi recebida em audiência, a seu pedido, na Câmara Municipal de Cascais, pelo seu Presidente, Rui Ribeiro, que se fazia acompanhar do seu assessor, dr. António Carvalho.

Esta audiência serviu essencialmente para expressar ao presidente da edilidade a nossa posição relativamente ao discurso proferido pelo vereador Malta Dias, responsável pelo pelouro do Pessoal, aquando do II Encontro Nacional de Formação nas Autarquias Locais, que afirmou: «...não é com certeza com coxos e marrecos que a Administração Pública vai enfrentar os desafios da próxima década e da viragem do século...»

Este, após escutar atentamente o nosso sentir, informou-nos que tinha conhecimento de todos os factos e, inclusive, tinha recebido uma carta da ADFA e outra da APD.

Comunicou-nos que lamentava que tais afirmações tivessem sido proferidas por um vereador e que em nada se identificava com aquele tipo de discurso, que considerava infeliz, assim como toda a Câmara. Afirmou que a política desta autarquia sempre pautou em relação à pessoa deficiente, pelo respeito, solidariedade, reabilitação e reintegração social, assente na própria política nacional defendida pelos órgãos do Governo. Reforçou estas afirmações lembrando os muitos deficientes que trabalham na Câmara, sempre colocados em tarefas protegidas, respeitando a sua deficiência, assim como o trabalho que tem sido desenvolvido no Concelho, principalmente na abolição de barreiras arquitecturais, criação de habitação e transportes.

Mostrou-se sensibilizado para os muitos problemas que afrontam o dia-a-dia do cidadão deficiente e deixou a promessa de continuar atento para a resolução dos mesmos.

Aproveitou ainda para nos informar que iria decorrer um seminário promovido pela Câmara Municipal de Cascais no dia 4 de Dezembro, no auditório do Centro Escolar Turístico e Hoteleiro do Estoril, subordinado ao tema «Mobilidade e acessibilidade: que papel para as autarquias?», onde iria apresentar proble-

mas considerados mais relevantes e de premente resolução.

Aproveitámos o diálogo para chamar à atenção do responsável pela autarquia para o facto de a Câmara continuar a autorizar construções de espaços públicos com barreiras arquitecturais, onde o cidadão deficiente não tem acesso, como aconteceu com os recentes cinemas do CascaisShopping.

O mesmo acontece com os hotéis do Concelho, pois quase todos desrespeitam os direitos dos deficientes, com as instituições bancárias, incluindo a Caixa Geral de Depósitos, onde os deficientes são obrigados a receber as suas pensões, e com todos os serviços públicos da área.

Muitos outros «recados» foram deixados ao Presidente da Câmara, esperando desta forma sensibilizá-lo para problemas que infelizmente este país quase ignora, o que foi bem ilustrado pelas declarações do dirigente político Malta Dias, que, para além de tudo, também é deficiente das Forças Armadas.

Despedimo-nos com a mensagem de que o cidadão saudável de hoje é o potencial deficiente de amanhã. Só na região de Lisboa, em 1991, havia cerca de 285 000!!!

CASTELO BRANCO

Informam-se os sócios que tal estranharam, que a impossibilidade de contactar telefonicamente a Delegação, no período de 9 a 21 de Dezembro, se deveu a uma avaria técnica no sistema.

Aveiras de Cima

Integrada nas festas da Freguesia, o Núcleo de Aveiras de Cima (Alenquer, Azambuja e Cartaxo), com a participação da CERCI local, vai levar a efeito, no dia 30 de Janeiro, uma prova de atletismo para crianças (sub-13...), no que é apoiado pela respectiva Junta e pela Câmara Municipal da Azambuja.

Sugere-se e incentiva-se a inscrição dos filhos dos sócios. Deixem as crianças correr!

SUBSÍDIO GULBENKIAN PARA TRANSPORTES

A exemplo dos anos transactos, a Fundação Calouste Gulbenkian atribui à ADFA um subsídio destinado a participar a compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e ajuda na compra de viatura própria pelos sócios da nossa Associação, portadores de grandes deficiências motoras, sensoriais e psíquicas, iguais ou superiores a 60 por cento.

No caso de aquisição de cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio só será atribuído quando se verificar a não atribuição deste material por parte das entidades médicas militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios na comparticipação de compra de viatura própria são regulamentados por normas aprovadas pela Direcção Central, as quais, bem como os boletins de inscrição, se encontram à disposição dos sócios em todas as Delegações.

A definição de prioridade é ditada pela conjugação de vários factores, entre os quais se destacam o maior grau de desvalorização e os proventos auferidos, de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoio, apenas são geralmente contemplados os nossos associados portadores de grandes deficiências motoras ou sensoriais.

Para o concurso de 1993 os sócios interessados devem preencher o questionário respectivo, na Sede ou nas Delegações, durante o mês de Janeiro próximo, procedendo-se à atribuição das comparticipações no decurso do mês de Fevereiro.

SÓCIOS FALECIDOS

JOÃO FERNANDES, sócio n.º 10 526, natural e residente em Câmara de Lobos, faleceu no passado dia 7 de Setembro de 1992.

Deficiente com 10% de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola, em rebentamento de mina Anti-Pessoal.

BELMIRA PACHECO BRANCO, sócia n.º 7477, pensionista de preço de sangue, natural de Fall River, Estados Unidos da América e residente em Lomba da Fazenda, faleceu no passado dia 18 de Outubro de 1992.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.



BOAS FESTAS

Embora outras festas de Natal tivessem sido organizadas pelas Delegações, nomeadamente por Évora, apenas das de Vila Nova de

Famalicão (dia 6), Porto (8), Faro (19) e Lisboa (20) chegaram notícias, pelo que só destas aqui podemos dar informações.

quais souberam apreciar devidamente a excelente comida preparada pela própria cozinha daquele estabelecimento.

A partir das 15 horas e, como é sabido, organizado por um grupo de «juniors», filhos de sócios a que se juntaram vários amigos, teve lugar um animado espectáculo musical, com intervenções de carácter di-

FARO

Com a colaboração musical do Rancho Folclórico da Conceição, de Fernando Martonheira e de Artur e de João, estes dois últimos filhos de sócios, foi bastante

LISBOA

Ainda não eram 11 horas e já vários sócios, com suas famílias, andavam a calcorrear as obras da nova Sede, descobrindo um edifício amplo e moderno, em que



participada pelos associados e suas famílias a festa de Natal, que decorreu nas instalações da Delegação, tendo também sido servidos «comes e bebes» à discrição.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Malgrado o péssimo tempo que nessa manhã se fez sentir, grande número

se pode já adivinhar uma grande funcionalidade, embora haja ainda alguns acabamentos por fazer, principalmente no que diz respeito ao espaço exterior, acessos, arruamentos e jardins. De qualquer maneira, o que para muitos era apenas sonho poucos anos atrás, ali estava, realidade bem visível e/ou palpável. Seguiu-se, depois, visita

versificado, apresentado por um Pai Natal, Diogo, e julgamos inédito, também por uma Mãe Natal, Ana Raquel.

Para começar, Aida interpretou em teclado algumas conhecidas peças da melhor música ligeira, dando-lhe um agradável sabor clássico.

Seguiu-se-lhe o grupo «Nós», reunido proposita-



de sócios, acompanhados das suas famílias, e que sobressaía a jovialidade e a alegria das crianças, não quis deixar de comparecer no Cineteatro Augusto Correia para o tradicional espectáculo de Natal, com muita música, ilusionismo, palhaços e o ansiosamente esperado sorteio cujo 1.º prémio foi, como sempre, uma magnífica bicicleta.

Entretanto, e logo à entrada, os filhos dos sócios, que para tal se haviam inscrito, recebiam um saco de prendas que qualquer Pai Natal não desdenharia entregar.

guiada às principais instalações, com as devidas explicações prestadas pelo 2.º secretário da Direcção Central, terminando esta primeira parte da festa do Natal com um aperitivo no já pronto Salão Nobre, durante o qual o Presidente da DC pronunciou algumas palavras alusivas ao acto.

Pelas 13 horas iniciou-se o almoço no refeitório do Lar Militar, pela primeira vez em confraternização conjunta entre sócios, deficientes civis ali residentes e familiares, reunindo para cima de 240 pessoas, as

damente para a ocasião e formado por Carla, Ana Raquel e Carla Alexandra (vozes), Edgar, Paulo e João (guitarras), Mário (guitarra baixo), Patuleia (teclado) e Toino (bateria), o qual apresentou um repertório variado, com base em grandes êxitos dos anos 60. Fazendo lembrar os bons tempos e animação dos arraiais, Daniel, vindo de Alcobça portuguesa, alegre e brilhantemente interpretada nos seus teclados. É aproveitando o ritmo e o entusiasmo, uma divertida «dança de cadeira» ainda melhor disposição, se era



possível, levou à sala, assistindo-se, como é próprio, a algumas cenas bem hilariantes.

Encerrou o espectáculo, que terminou pelas 19 horas, o grupo «Gent's», for-

Vitória, Margarida e Maria Amélia, a todo o corpo de enfermagem que nos hospitais dos 3 Ramos, quer em África quer no Continente, foi parte activa na recuperação física e psicológica

te de montagem, pelo Cardoso, aliás colaborador do nosso jornal, e, no tocante ao serviço de almoço, de António, Chico, Almeida Santos e Guedes, de forma particular, a prestável cola-



mado por Nuno, Pedro, Lírio e Ricardo, interpretando modernos ritmos, ao seu gosto «tean».

Entretanto, e no decorrer da tarde, intervalos especiais foram feitos para, no primeiro, serem proferidas saudações de Natal pelos

dos deficientes militares, momento altamente emotivo para todos os presentes, sendo o terceiro, e último, para entrega dos prémios relativos ao concurso de desenho.

O êxito de todo este dia passou pela participação e

boaração da Direcção e pessoal do Lar Militar e todo o apoio, quer na disponibilização de local de ensaios quer em material musical, da Sociedade Filarmónica de Mira-Sintra/Cacém.

No final, plenamente satisfeitos com o acontecido



Director do Lar Militar e Presidente da Direcção Central; no segundo prestar-se homenagem, nas pessoas das enfermeiras Ivone,

capacidade organizativa dos «juniors» Cláudia, Marco, Aida, Paulo, Ana Raquel, Diogo e Carla Alexandra, secundados, na par-

e vivo, os presentes, ali tão perto da nova Sede, consideraram que nesta quadra se tinha feito já a «festa» da mudança.



PORTO

Num agradável aproveitamento das antigas instalações do Centro de Reabilitação, decorreu numa das suas salas uma animada tarde de convívio que contou com a presença de algumas dezenas de crianças, acompanhadas dos seus familiares, tendo muitas delas tam-

bém participado, com muita alegria e boa disposição, em grande parte das canções que o sócio Jorge Pina para elas tocou.

No final foi feita entrega de prendas e distribuída uma merenda. Entretanto, na véspera havia-se realizado o almoço de Natal dos trabalhadores, com a presença de elementos dos órgãos sociais da Delegação.

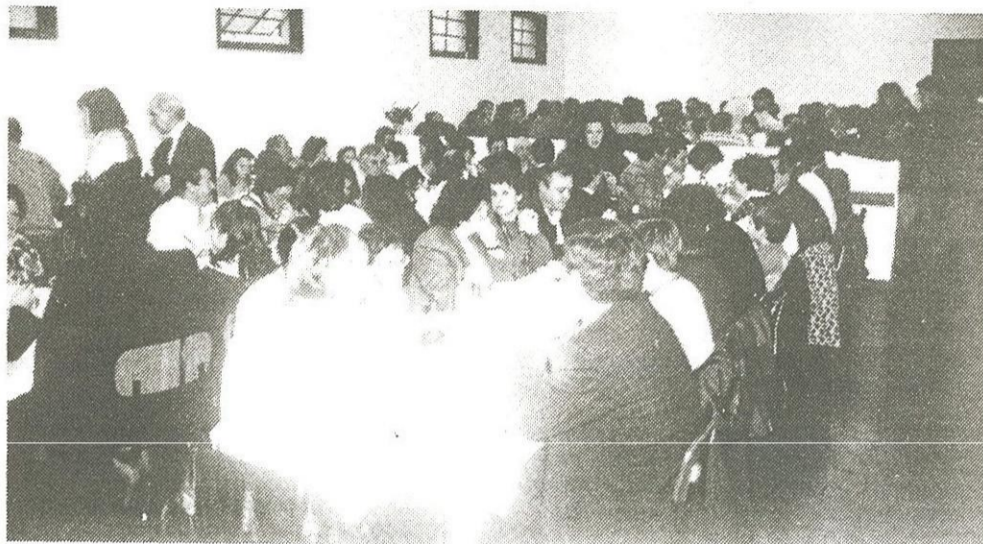


PORTO — 18.º aniversário da Delegação

Embora com um programa bem mais alargado, já que este ano a «Festa de Natal» foi também incluída no conjunto das comemorações, dois actos, por de maior participação associativa, devem ser destacados, sendo eles o almoço de convívio realizado já, em 06DEZ, nas remodeladas e ampliadas instalações da cantina, com a presença de muito mais de cem pessoas, entre sócios, trabalhadores e famílias, não tendo faltado elementos dos Órgãos Sociais quer locais quer nacionais.

Extremamente participado e animado, como se disse, o repasto, ainda por cima muito bem servido, foi encerrado com adequadas intervenções dos Presidentes da Delegação, da Direcção Central e da Mesa da Assembleia Geral Nacional, todas consonantes no futuro da ADFA e na certeza de que se muito há ainda por fazer, tudo se procurará, na dinâmica colectiva, concretizar.

De cariz bem diferente e (ainda) menos solene, foi o tradicional «caldo verde», na noite de 7, serviço no mesmo local e com a presença de largas dezenas de sócios, trabalhadores, familiares e amigos, numa simpática confraternização que se sentia mesmo nos silêncios e nos aplausos que acompanharam as sempre excelentes interpretações, por vezes em coro com um público rendido do Grupo de Guitarras da Costa Verde, Espinho, de que faz parte o nosso sócio Jorge Pina (voz e viola) e que é formado mais por Margarida Tino, Maria Adelaide, Justino Teixeira e Pinto de Oliveira (vozes), Alfredo



Soares e José Veiga (1.ª e 2.ª guitarras).

À finalizar a sessão (que não, para alguns, a noite...), e antes da entrega de lembranças aos artistas, uma antiga e conhecida balada de «intervenção», reforçada pelas vozes do sócio Couceiro Ferreira e do amigo de longa data da Delegação, Ten. Coronel Boaventura Ferreira, depois acompanhada, em conjunto, por todos os assistentes. Uma senhora noite!



Sá Flores autografa «Viúvos de Guerra»

Também integrada nas comemorações do 18.º aniversário, e constituindo a sua vertente mis cultural, decorreu na tarde do dia 6, no que é agora, fruto da disponibilidade de espaço deixada pela transferência do Centro de Reabilitação para Arcozelo/Gaia, uma digna sala de visitas e reuniões, a sessão de lançamento, no Porto, do livro de Sá Flores, «Viúvos de Guerra».

Na presença de sócios e amigos do escritor, e após breves palavras de introdução proferidas pelo responsável pela Comissão Cultural da Delegação, Reis Santos, o também nosso associado Manuel Azevedo fez a apresentação, em primeiro lugar, do escritor e do homem, quase desnecessária, como afirmou, porque por todos conhecido o seu trabalho, a sua luta e a sua vontade, e depois da obra, em improviso que se foi curto primou pela clareza

za e pela síntese perfeita das grandes questões humanas e sociais nela tratadas, como a denúncia dos anos 60 no que eles envolveram de miséria, de trabalho infantil, de ignorância, de repressão e de medo, do drama do povo tirado à terra em plena juventude, focando em especial o facto de tudo ser contado não pela história de um alferes ou de um capitão, antes de um simples soldado, o que permitiu também que fosse percebido o analfabetismo como razão de dramas, e de heroicidades, na falta/impossibilidade de comunicação entre as mulheres que ficavam e os seus homens que partiam na vergonha de expandir emoções e sofrimentos com os estranhos que teriam de ler e escrever as suas cartas.

Antes de autografar o seu livro, Sá Flores agradeceu as palavras proferidas e teceu algumas considerações sobre a motivação da sua obra afirmando que, faltando fazer a verdadeira história da guerra colonial, tal só será possível quando for ultrapassada a fase individualista do «eu não quero que se saiba que matei, que fiz...», na compreensão de que as culpas têm de ser

atribuídas aos regimes e não às pessoas.

Revelando ter bastantes projectos em mente, e alguns já prontos na gaveta, parte dos quais relacionados mais apenas com a deficiência do que com a guerra, aproveitou para anunciar, ainda para Dezembro, o lançamento de um pequeno livro em que a problemática da cegueira é fio condutor — «Teias das Trevas» —, o qual já foi feito por si em computador,

permitindo-lhe esta utilização das novas tecnologias muito mais liberdade e independência.

Um ligeiro beberete foi pretexto, seguidamente, para mais descontraídas conversas e trocas de impressões entre os presentes.

Tendo sido a primeira cerimónia realizada neste novo espaço da Delegação, dificilmente outro acto teria dado maior dignidade e significado à, digamos, sua inauguração.



FELIZ 1993

Companheiras e juniores

Este mês, de novo, a participação da nossa «redatora» de 12 anos, com dois pequenos apontamentos, de importância inversamente proporcional ao seu tamanho:

TIMOR

Timor, a tua liberdade foi-te renegada, o teu sorriso

foi roubado, enfim, a tua vida foi destruída...

Naquele dia, 12 de Novembro, o teu sofrimento foi-nos mostrado através da televisão. O massacre causou a morte de muitas pessoas, e o choro de muitas mais.

Não nos esqueceremos tão depressa do que acon-

teceu e teremos fé que TIMOR venha a ser feliz outra vez.

TIMOR recorda agora os tempos sem guerra mas agora nada poderá fazer contra ela.

Ajudem Timor a viver, a voltar a amar, a voltar a sorrir!

AJUDEM!!! TENHAM COMPAIXÃO PELOS NOSSOS IRMÃOS TIMORENSES

NÃO OS DEIXEM MATAR!!!

SOMÁLIA:

OPERAÇÃO ESPECTÁCULO

Numa passada quarta-feira as forças armadas americanas e francesas desembarcaram na Somália, mais precisamente numa das praias de Mogadíscio.

As cadeias televisivas americanas seguiram todo o percurso dos «marines» até chegarem ao seu destino.

Apesar de ser um gesto de compaixão, não podemos deixar passar a quantidade de jornalistas vindos de todo o lado. A televisão

portuguesa acabou por acrescentar que existiam mais jornalistas do que «marines».

Foi gasto bastante dinheiro para que esta acção se desenrolasse sem nenhum obstáculo.

Mas como sempre, e como já é costume dos americanos, tinha que haver espectáculo numa missão tão séria como esta, porque não é uma nem duas vidas, são milhares de vidas que estão em perigo.

A incerteza desta missão é que nem tudo pode ser um conto de fadas. Depois dos americanos se irem embora como é que será? Será que foi só para espectáculo e toda a acção foi inútil? Resolver-se-á o problema da fome na Somália?

Estas perguntas não serão respondidas tão depressa, mas como diz o ditado «Quem espera sempre alcança».

Ana Dias

Também a nossa colaboradora Mira não quis deixar de... colaborar, e trouxe-nos o texto que a seguir se

transcreve, conforme o próprio pedido de divulgação feito pela Redacção do jornal «Voz do Sado».

«Carta de um filho para ser lida pelos jovens»

Sinto muito, Meu Pai, que este diálogo seja o último que tenho consigo. Sinto muito... Sabe Pai... está ainda a tempo de saber a verdade, que nunca soube. Vou ser breve e claro. A «Droga» matou-me, pai.

Travei conhecimento com a minha assassina aos 15 anos de idade. É horrível, não é, Pai? Sabe como começámos nisso? Através de um senhor elegantemente vestido, que nos apresentou à nossa futura assassina: «A Droga». Eu tentei, tentei mesmo, recusar, mas o cidadão mexeu com o meu brio, dizendo que eu não era homem.

Ingressei no mundo da «Droga».

No começo foram as torturas: depois fantásticos sonhos; a seguir a escuridão. Não fazia nada sem que a «Droga» estivesse presente. Depois foi a falta

de ar, o medo, as alucinações, logo após o pico da euforia.

Eu sentia-me mais gente que os outros, e a «Droga», minha inesquecível, sorria. Sabe, Pai, nós, começando com a «Droga», achamos tudo ridículo e engraçado. Até mesmo Deus eu achava ridículo. Hoje, neste hospital, eu reconheço que Deus é o Ser mais importante do Mundo.

Pai, o senhor não pode acreditar, mas a vida de um tóxico é terrível. A gente sente-se dilacerado por dentro. É tão horrível, que todo o jovem deve saber que não deve entrar nessa. Já não posso dar três passos, sem cansar. Os médicos dizem que vou ficar bom, curado, mas quando saem do meu quarto, balançam a cabeça. Pai, eu só tenho dezanove anos e sei que não tenho a menor

chance de viver. É muito tarde para mim, Pai. Tenho um último pedido a fazer-lhe. Diga a todos os jovens que o senhor conheça, em cada porta de Escola, na Faculdade, nas Fábricas, nos Cafés ou em qualquer outro lugar, que há sempre um homem elegantemente vestido e bem falante, que irá mostrar-lhe a futura assassina, a destruidora das suas vidas, a «Droga», que os levará à loucura e à morte, como a mim. Perdoe-me por o fazer sofrer, pelas minhas loucuras.

C. C.

N.R. — Esta carta foi escrita por um estudante viciado em droga, pouco antes de morrer. É um grito de alarme que deve ser ouvido e reflectido. Com a sua publicação associamo-nos ao combate ao flagelo da droga, solicitando a quem a ler a sua divulgação.

É NATAL! Meditemos no que «Companheiras e Juniores» acharam por bem dizer-nos nesta época...

ESCREVEM OS SÓCIOS



Este mês, neste espaço, dois trabalhos de sócios e colaboradores já conhecidos, sendo-nos permitido um especial agradecimento a um deles, Jorge Lage, pelo tema tratado — O ELO —, esperando que muitos leitores aceitem a sua sugestão/desafio, já que até agora nós não conseguimos que isso acontecesse...

Formas de tratamento dos deficientes

Desde a criação da ADFA que os nossos objectivos estatutários tratam, fundamentalmente, da reabilitação e da integração socioprofissional dos deficientes militares em particular, e dos deficientes civis, em geral.

Fundamentalmente, o grupo de trabalho «Formas de tratamento dos deficientes» vocaciona-se precisamente para analisar e compilar dados sobre como, ao longo dos séculos e em Portugal, a sociedade e os Poderes instituídos viram e trataram os deficientes.

Com este trabalho pretende-se atingir as conclusões necessárias, bem como sugerir à Direcção Central, porventura, as fórmulas que estes conhecimentos nos venham a transmitir.

Desta forma, pretende-se não só historiar o passado como derrubar as barreiras e os bloqueios que existem, ainda no presente, tentando implementar o futuro.

Feita esta reflexão, interessa no meu primeiro artigo sobre esta matéria não só estabelecer um contacto directo com os outros sócios (aguardando as suas sugestões através de cartas ou de contactos pessoais) como imprimir uma nova dinâmica à vida associativa e, ao mesmo tempo, à ADFA.

Com o afastamento social secular do nosso Povo, transmitido ao longo de cerca de 850 anos, foi representada, ao fim e ao cabo, a nossa incapacidade para lutar e, ao mesmo tempo, a criação de estereótipos com limitações estancas que restringiram os direitos dos deficientes portugueses.

É assim que importa realçar a necessidade da transformação das mentalidades da nossa sociedade, nomeadamente a opinião pública, a Comunicação Social e os órgãos de soberania.

Mas queiram os sócios compreender! Lamentavel-

mente, nós, os interessados, altamente individualizados por um lado e, por outro, poucos e amarrados às suas inibições próprias assim como ligados às diferentes associações de deficientes por um sentimento longínquo, temos contribuído para que se continue a estigmatizar, excomungar e afastar da nossa realidade uma minoria social remetida ao segregacionismo e ao eterno segredo nacional.

É claro que tudo isto está interligado. Assim se compreende que se sublinhe a componente fundamental que é a participação associativa, o que contrariamente se prende à criação do mito do comodismo e da velhice precoce dos deficientes.

Necessitando contrariar esta pequenez, a nossa força tem de se reflectir no nosso espírito social, acreditando-se que são os deficientes, através das suas organizações, a promover uma discussão pública e alargada que venha sensibilizar a nossa postura não envergonhada no Portugal do futuro.

Se não formos nós, os interessados, quem será? Os sócios que respondam!

Mário Villa-Lobos
sócio n.º 357

RECADO AO ELO

Temos produzido alguns textos de opinião, sobre a ADFA e DFAs que têm procurado reflectir o nosso ponto de vista e de outros associados. Avisamos desde já que da nossa parte assumimos este pequeno contributo, como eco dos desafios e apelos da direcção do jornal ELO e da própria ADFA.

Isto pode-nos custar certas incompreensões por parte de quem esteja sempre pronto a enfiar a carapuça. Não somos dos que apontam a dedo, porque não queremos o regresso dos malefícios do Caudilho de Santa Comba; movemo-nos atitudes reflexivas e que possam beneficiar o colectivo da ADFA. Os interesses pessoais são tão efémeros que só por distração com o mundo que nos rodeia podem ser postos à frente dos associativos.

Já vimos certas sugestões nossas serem adoptadas, o que para nós é um indicador positivo. Infelizmente apenas conhecemos superficialmente a vida da ADFA, não podendo mergulhar muito no seu interior.

Jorge Lage

PONTO DE ENCONTRO

Este mês, para além da notícia da realização de mais um jantar de convívio dos antigos alunos da Academia Militar, no dia 12 de Janeiro, os seguintes pedidos de contacto:

● ex-militares da CCaç. 686 (Ang. 64/7), devem contactar Fernando C. Marques (tels. 01/396

0045 ou 222 70 79, à noite, e 941 10 11, de dia), para futuro almoço;

● 1.º turno CSM/Tavira 66, contactar Matias (044/863 440), Marinho (044/589 276) ou Jubileu (044/551 801), para a comemoração do 27.º aniversário, em 16JAN93;

É através do ELO que muitos de nós estamos ligados à vida associativa, daí o trabalho meritório e profícuo que o nosso jornal tem desenvolvido. Para continuar a sua aposta de sempre, a defesa dos nossos interesses, precisa de ser estimulado e da voz dos sócios, devendo estes exprimirem-se sem complexos e na sua linguagem simples, traduzindo esta, o que lhes brota do seu interior.

Desta vez resolvemos debruçar-nos sobre o conteúdo do ELO, porque o que é claro para nós, pode não ser para outros.

Por vezes o ELO provoca, da parte dos sócios, e ainda bem, perguntas às Delegações, que ficam embaraçadas porque, a maioria das vezes, são as últimas a receber o jornal, conhecendo o seu conteúdo mais tarde. Sugerimos que os primeiros números a serem expedidos sejam os destinados às Delegações, para que quando os sócios receberem o ELO estas possam desfazer as possíveis dúvidas ou questões.

Outra medida prende-se com certas informações úteis aos associados, nomeadamente a legislação ou projectos de lei que a ADFA elabora para poderem vir a ser aprovados. A nosso ver, devia ficar bem claro, nem todos temos a mesma capacidade de análise, o que são leis aprovadas, que devem beneficiar os casos aplicáveis e o que são propostas ou pareceres para possível aprovação. O ELO deve ter o cuidado de deixar bem claro o que é ou poderá vir a ser.

Aplaudimos as informações úteis que a rubrica «AGENDA» comporta, no entanto pensamos que poderia ainda conter mais, sempre que oportunas. Estamos a lembrar-nos de avisar do mês do selo do carro, IRS, benefícios fiscais, defesa do consumidor, etc...

Ficamos à espera de ver outros a secundar-nos em sugestões e a darem novas do cantinho em que vivemos. Não pensem só em vós, partilhem com os demais sócios e leiloeiros, um pouco do vosso mundo interior e do que vos rodeia.

Para nós a FELICIDADE está no rosto dos que se movem à nossa volta. O ELO terá mais vida se todos lhe escrevermos, pelo menos, uma carta por ano.

● Teleimpressores 1.º T/66, contactar Dionísio (01/204 27 79, a partir das 20 h, ou 204 09 54/loja), para 17.º almoço-convívio;

● CCaç. 2795 (Moç. 70/72), contactar ex-1.º cabo Mário Rodrigues Santos (01/955 28 26).

AS GUERRAS, E OUTRAS COISAS MAIS, NÃO SÃO PARA ESQUECER

por J. M. S.

Embora estejamos, melhor, exactamente porque estamos no período de Natal e em altura que por de fim de ano é propícia a balanços e promessas, um texto, alguns textos, de reflexão para situar melhor este tempo de «Amor»...

E começando por citar um pequeno poema que diz

«Paz, meu irmão!
É Natal.
Amanhã matar-te-ei,
Hoje não!»

avanço desde já que considero, pessoalmente, a quadra natalícia como uma das mais, senão mesmo a mais hipócrita de todas quantas achamos por bem, e bem mal, festejar ou assinalar. Mas esta é uma questão/afirmação já muito tratada, partilhada e reafirmada e que, infelizmente, parece sair reforçada cada ano, cada dia que passa, tanto mais que a rea-

lidade, cada vez mais visível em directo, desmente da forma mais violenta e sofredora as, nesta ocasião como em outras semelhantes, bem (?) intencionadas boas (?) vontades de tantos, principalmente dos responsáveis políticos, as quais se propagam ao comum dos mortais, procurando estes, mais do que simplesmente Amar, mostrar que amam, num cenário que, na maior parte das vezes, para além de profundamente cínico é, ao contrário do que aparenta ser, quadro ainda mais gritante de egoísmo, injustiça e negação de verdadeira solidariedade. E tudo isto é ainda pior porque é obrigatório sê-lo! Datas marcadas para o Amor, a Justiça, a Paz, a Solidariedade?! Que pensaria disto Jesus Cristo, que, afinal, terá tido uma infância bem mais feliz do que grande percentagem das crianças de hoje e que, apesar de tudo, viveu até



aos 33 anos, idade que um enorme número não atingirá, devido a doenças, fome, guerra ou qualquer outro tipo de violência, intolerância e ignorância?

E, no entanto, também são filhos de Deus...

Dois textos chegados, neste mês, ao ELO, um de um nosso leitor, ex-combatente, e outro de um nosso sócio, transcritos também nesta página, são, para além de causa do título genérico deste espaço, ainda razão para outros comentários.

O primeiro, «Conto de Natal», faz-nos pensar na exposição realizada, em NOV./DEZ, Vila Nova de Famalicão, por um grupo de alunos de uma escola local, denominada «Guerra colonial — uma história por contar», assunto que será objecto de maior atenção em próximo ELO, logo que recebida a prometida colaboração do seu principal mentor e organizador, dr. José Manuel Lajes.

O segundo, «Testemunho de um contributo — ou medalha de reverso passível de ser controverso», traz-nos à memória as ainda tão recentes, e continuadas, reacções dos índios locais, e de várias organizações internacionais de defesa de direitos humanos, às comemorações festivas dos 500 anos da descoberta da Norte América, pondo em causa, com uma razão que ganha cada vez mais consciência e adeptos, os «bene-

fícios» de tal acontecimento.

São, pois, questões não só para não esquecer como, principalmente, para serem recordadas como de fundamental valor para debate, embora com a necessária e lógica sujeição a um ponto de vista histórico actual que, se não implica, por absurdo e irrelevante, pedido de desculpa por aquilo que os antepassados fizeram — no seu tempo e não no nosso! —, obriga a reconhecer factos que projectados no futuro se revelaram como profundas injustiças, permitindo assim às actuais gerações remediar as ainda possíveis, evitar a repetição de todos e obviar a novos.

Se tivermos a coragem de assumir integralmente o passado, no que ele teve de bom e de mau, gritando ao futuro mais os erros do que os êxitos, talvez ele possa ser bem melhor do que o presente.

CONTO DE NATAL

por J. Vasconcelos

Apesar da grande tristeza e da saudade que a invadiam, aquele Natal havia de ser festejado como tantos outros, talvez até de forma mais sentida e amiga, já que à sua volta se iam reunir não só os familiares tradicionais como também alguns primos mais afastados, em parentesco e em moradia, que tinham querido juntar-se-lhe nesta ocasião mais difícil. E o seu homem, que havia embarcado para África quase em princípios do ano e que tinha, ainda há bem pouco tempo (que eternidade parecia já...), vindo passar à terra aqueles tão curtos dias de licença, deixando-lhe dentro a semente do filho tão desejado, haveria de estar bem presente, com aquela sua bela fotografia, fardado lá no mato, à cabeceira da mesa.

Era melhor contar outra vez todos os lugares, talheres, pratos e copos, não fosse faltar alguma coisa... dezasseis, dezassete... vinte e dois... estava tudo. Não ia ser fácil arrumar toda a gente, o melhor era mesmo sentar os mais moços na mesa pequena, sempre já eram oito... E pôs-se a pensar que, acabada a comissão, a cena se havia de repetir, agora já com pai e filho juntos a toda a família.

Sorriu ao imaginar a surpresa que ele ia ter ao, como lhe tinha prometido o oficial que a atendera, receber o seu telegrama no próprio dia 25. Seu só não, que todos o tinham querido subscrever, acrescentando palavras e mensagens que, afinal, conforme lhe tinham simpaticamente explicado, seriam reduzidas a curta fórmula já codificada. Deixá-lo...

E se também chegasse aerograma dele? Ainda era cedo e o correio só mais tarde passava pela aldeia... Para iludir tão doce esperança, deitou-se de novo ao trabalho, que tanto havia

ainda para fazer e os primeiros deviam estar a chegar.

Remirou tudo de novo... as mesas estavam um brinco, já parte dos bolos e dos doces as enfeitavam. Olhou embevecida a enorme árvore de Natal e uma lágrima, rapidamente escondida, foi lembrança meiga de que lhe faltavam as luzinhas, porque lá isso de electricidade e de lâmpadas era trabalho que só ele gostava e queria fazer.

Tudo andava num rodopio, a cozinha era uma enorme confusão, porque quase todos estavam lá para o almoço. De repente, um alvoroço: era o correio! Largou tudo e correu para a porta, totalmente escancarada por tantos braços e sorrisos: havia um telegrama! Ele lembrara-se! Nervosa, a chorar de alegria, rasgou atabalhoadamente o envelope e mal conseguiu ler:

«Sua Ex.^a Ministro do Exército tem pesar comunicar falecimento...»

Começo por desejar sinceramente que à maioria das minhas interrogações se possa dizer não.

Esta medalha (*) representa a colagem da ADFA ao clube dos «apaniguados da festança comemorativa dos descobrimentos»?

Representa a anuência às gigas de maldades cometidas por portugueses, e outros, desde há quinhentos anos?

Tortura, decepção de membros, violações, escravatura, tráfico de seres humanos!

Maldades que se refletem ainda hoje!

Não foi a guerra colonial uma tremenda injustiça?

Que raio de civilização fizemos «nós» em África?

Deixámo-los pobres, analfabetos e, o que é pior, despidos da sua própria cultura!

«Por mares nunca dantes

TESTEMUNHO DE UM CONTRIBUTO

ou medalha de reverso passível de ser controverso

navegados». E depois? E que fossem?

Que gozo ou superioridade dá isso aos afoitosos comemoradores?

Quer dizer que «fomos» os primeiros a escravizar os povos de outros continentes?

E para e em nome de quê?

Em que situação se torna virtude perseguir, humilhar, escravizar e matar?

O primeiro contacto dos portugueses com outros povos foi o primeiro dia de escravatura para eles, o início do colonialismo, do racismo, da exploração!

«Nada do que se passou na dominação colonial poderá ser considerado aceitável, moral, perdoável, na perspectiva do dominado.

O fedor dos mortos na cidade de Mombaça saqueada por D. Francisco de Almeida em 1505 é o mesmo fedor dos cadáveres dos camponeses massacrados a

napalm na Baixa do Casange em 1962»

(in «*Ministros da noite — livro negro da expansão portuguesa*»)

Também estamos, ainda que encapotadamente, a participar nas farsas comemorativas dos descobrimentos

Se sim, faz parte do preço da nossa nova Sede?

Os índios brasileiros eram milhões quando lá chegaram os portugueses. Hoje sobrevivem à volta de duzentos mil!...

Evangelização?

«Os padres eram mandados como força auxiliar destinada a quebrar a resistência, explorando a superstição, para tornar mais fácil o domínio económico e militar.»

(in «*Ministros da noite*»)

«Quem poderia acabar aquela partição sem mui-

grande trabalho? Que tanto que os tinham postos em uma parte os filhos, que viam os pais na outra, alevantavam-se rijamente e iam para eles; as mães apertavam os outros filhos nos braços e lançavam-se com eles de bruços recebendo feridas com pouca piedade de suas carnes, por lhes não serem tirados!»

(Gomes Eanes de Azurara — «*Crónicas da Guiné*»)

É ISTO CUMPRIR O MAR?

«(Os cativos devem ser assinalados com) ferro no braço com uma cruz e o mais que o contador disser que se costumava pôr nas nossas peças (escravos) e defendereis que ninguém não marque na dita marca nem no dito braço sob pena de perdimento da dita peça (regimento de D. Manuel sobre o negócio e trato que foi para a ilha de S. Tomé sobre os escravos)»

(in «*Ministros da noite*»)

Mais exemplos, para quê?

É mais que tempo de a ADFA se apurar do comboio das comemorações, no caso de ter nele lugar!

Oxalá seja só a triste medalha a parte que lhe cabe. O que já não é pouco!

Um que não cumpriu o mar.

Manuel Azevedo sócio n.º 5709

(*) N. R. — O autor refere-se, pensamos, ao reverso de uma das medalhas que a ADFA mandou cunhar para testemunho das contribuições para a construção da nova Sede, no qual está inscrito, precisamente, legendando a imagem de marinheiros embarcando em naus, «Cumpriu-se o mar».

Na outra, recorde-se, a gravação diz, ao lado de dois deficientes desembarcando de um paquete transporte de tropas, - «Cumpra-se a solidariedade».



Viaturas **RENAULT**

CORES OPACAS EM VIGOR A PARTIR DE 02-11-92

MODELO	PREÇO BASE	P.V.P.
RENAULT CLIO RL 1.1-3 PORTAS	1 093 728\$00	1 555 199\$00
RENAULT CLIO RL 1.1-5 PORTAS	1 154 725\$00	1 625 956\$00
RENAULT CLIO RN 1.2-3 PORTAS	1 237 615\$00	1 758 064\$00
RENAULT CLIO RN 1.2-5 PORTAS	1 300 402\$00	1 830 896\$00
RENAULT CLIO RN 1.2-3 PORTAS	1 387 785\$00	1 932 261\$00
RENAULT CLIO RN 1.2-5 PORTAS	1 449 357\$00	2 003 684\$00
RENAULT CLIO RN 1.4-3 PORTAS	1 436 990\$00	2 221 185\$00
RENAULT CLIO SPORT-3 PORTAS	1 386 808\$00	2 162 974\$00
RENAULT CLIO BACCARA-3 PORTAS	2 014 961\$00	2 891 632\$00

NOVO RENAULT 19 DE 4 PORTAS

RENAULT 19 RL 1.2	1 534 667\$00	2 145 792\$00
RENAULT 19 RN 1.2	1 609 124\$00	2 232 162\$00
RENAULT 19 RN 1.4E	1 679 582\$00	2 508 073\$00
RENAULT 19 RT 1.4E	1 896 980\$00	2 760 255\$00
RENAULT 19 RTi 1.4E	2 132 218\$00	3 033 131\$00

NOVO RENAULT 19 DE 5 PORTAS

RENAULT 19 RL 1.2	1 534 667\$00	2 145 792\$00
RENAULT 19 RN 1.2	1 609 124\$00	2 232 162\$00
RENAULT 19 RN 1.4E	1 679 582\$00	2 508 073\$00
RENAULT 19 RT 1.4E	1 896 980\$00	2 760 255\$00
RENAULT 19 RTi 1.4E	2 132 218\$00	3 033 131\$00

RENAULT 21 GTL BICORPO	1 876 063\$00	2 745 329\$00
RENAULT 21 GTL TRICORPO	1 876 063\$00	2 745 329\$00

RENAULT EXPRESS BREAK 5 LUGARES	1 529 860\$00	2 143 870\$00
---------------------------------	---------------	---------------

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

RENAULT 19 RN 1.4-5 PORTAS	1 842 782\$00	2 697 385\$00
RENAULT 19 RT 1.4-5 PORTAS	2 060 180\$00	2 949 567\$00
RENAULT 19 RN 1.4-4 PORTAS	1 842 782\$00	2 697 385\$00
RENAULT 19 RT 1.4-4 PORTAS	2 060 180\$00	2 949 567\$00

RENAULT CLIO 1.4 BACCARA-3 PORTAS	2 178 161\$00	3 080 943\$00
-----------------------------------	---------------	---------------

TRANSFERÊNCIA + TRANSPORTE

RENAULT CLIO	18 505\$00
RENAULT 19	23 230\$00
RENAULT 21	23 230\$00
RENAULT EXPRESS	26 380\$00

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. Os valores da pintura metalizada variam entre os 22 452\$00 e os 32 219\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

DESCONTOS ESPECIAIS AOS SÓCIOS

Encargos anuais mínimos 123.900\$00 (Clio 1.1) e máximos 132.800\$00 (Clio 1.4). Consumo 15.000 Kms 123.900\$00/132.800\$00. Seguro obrigatório de responsabilidade civil 21.963\$00; impostos obrigatórios 2.840\$00/4.630\$00. Cálculos com base em gasolina Eurosuper, Nov/92.



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível. Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém? Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA



REBOQUES HELDER MARTINS

**SERVIÇO PERMANENTE
PARA TODO O PAÍS
E ESTRANGEIRO**

Telefones: 210 29 56 - 210 06 23
Telemóvel: 0676.34 21 85


COMPRA E VENDA

de carros sinistrados e peças usadas

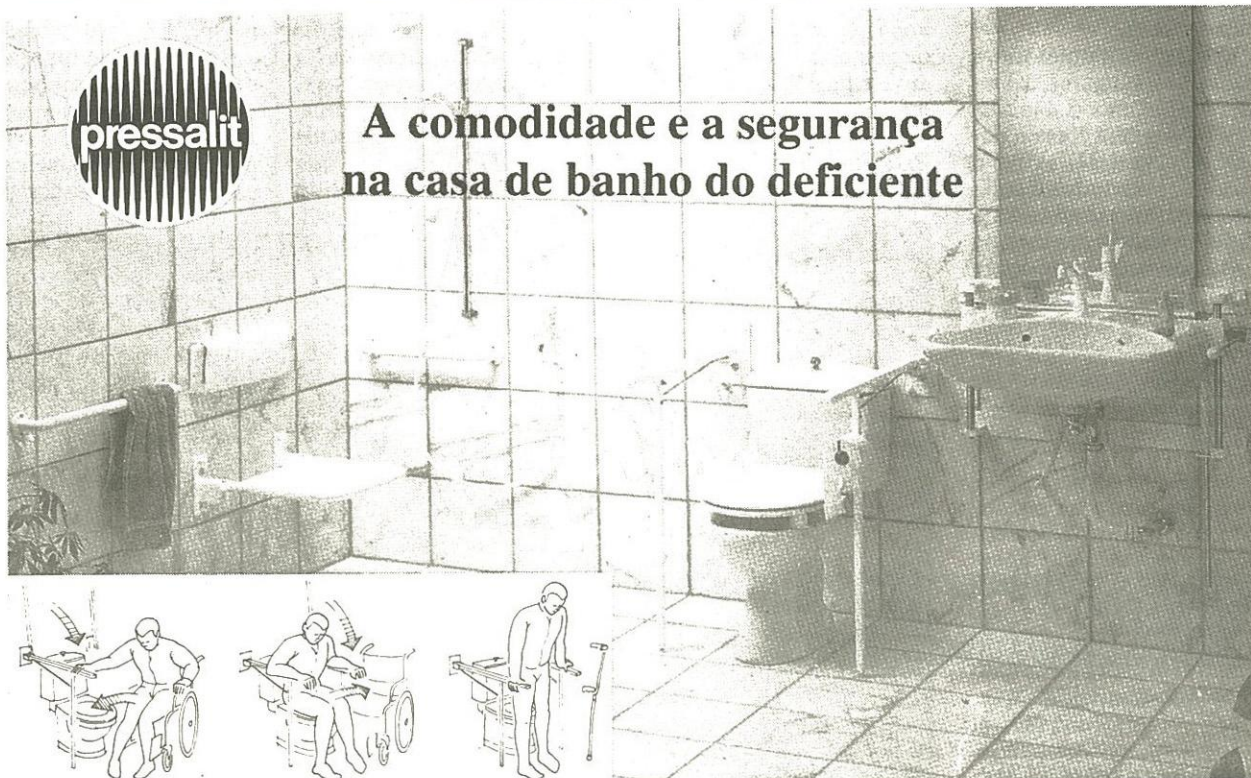
Serviço permanente de reboques
Agregado ao Automóvel Clube
de Portugal
Central rádio




Parque estaleiro: Qt.ª Hélder Martins,
Estrada Nacional 10 — Coima
2830 BARREIRO





**A comodidade e a segurança
na casa de banho do deficiente**





GRENOs— REP. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA.
TELEFONES 91390-91195-91550-91573-TELEX 37186 SONERG P
VARIANTE DE CACIA-APARTADO 143
3802 AVEIRO CODEX



bigmate
Materiais de Construção, Lda.
RUA MARIANO PINA, 3-A
TELEFONE 741117 - FAX 741378
TELEX 64725 BIGMA P
APARTADO 4388
1508 LISBOA — PORTUGAL

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Bom, parece que os nossos sócios adivinharam que era hoje que íamos anunciar o 1.º prémio do nosso concurso, pois a quantia a somar ao transportado de Novembro já é um pouco mais substancial, ultrapassando os 250 contos.

E pronto, quem for o vencedor leva para casa um dos mais simpáticos e «badalados» animais do zoo mecânico: um PANDA, que ostenta o conhecido e respeitado apelido de Fiat, na jovem geração 1.0L.

Atenção: se o sócio, ou o leitor, não se acha interessado no «bicho», esconda, de qualquer modo, o ELO dos seus filhos, mesmo da sua mulher, pois eles certamente lhe vão fazer a cabeça em água para entrar no concurso.

E, repetimos, é tão fácil: por cada mil escudos de contribuição para a nova Sede, é atribuído um número, sendo depois este que entra no sorteio.

Para terminar, apenas duas observações: se a data de início do concurso se mantém reportada a 1 de Setembro, a de encerramento possivelmente será atrasada, não só pela custosa saída do respectivo Regulamento, como também para alargar um pouco mais as oportunidades de concorrer. Em Janeiro, no entanto, esperamos já poder dar informações definitivas. Até lá, não se esqueça de apresentar a sua candidatura...E quantos mais números, mais possibilidades!

Vamos, então, aos donativos deste período:

Transporte (NOV92)11 080 073420

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
30	José A. R. Soares.....	10 000\$00
7 711	João C. S. Azevedo	10 000\$00
11 183	João C. A. P. Serrano.....	10 000\$00
8 607	Joaquim C. Abreu.....	10 000\$00
11 709	Alberto M. Jacinto.....	5 000\$00
6 703	Fernando F. Manuel.....	3 200\$00
815	José F.P. Eusébio	2 000\$00
380	José C. Geraldes	5 000\$00
4 640	João F. Carrilho	5 000\$00
8 475	Helder A. B. E. Martins	5 000\$00
687	Domingos M. Carrasqueira	5 000\$00
10 663	Armando M. E. O. Pais	1 000\$00
2 428	Diamantino R. Faustin	5 000\$00
10 137	Anónimo.....	5 000\$00
(Bragança)		
11 778	Francisco F. Pires	1 000\$00

(Castelo Branco)

1 270	José M. M. Ribeiro.....	10 000\$00
4 108	Joaquim V. Santos	2 000\$00
8 839	Fernando F. R. Cerejo	2 000\$00

(Coimbra)

12 416	Jeremias L. Goulart	5 000\$00
3 825	Manuel P. Monteiro	5 000\$00
3 282	Manuel A. D. M. Caetano	1 000\$00
7 116	Carlos A. F. Vargas.....	2 000\$00
2 843	Atónio J. P. Santos.....	5 000\$00
2 614	Arnaldo C. O. R. Silva	5 000\$00
3 202	Manuel A. S. Gaitas	10 000\$00
7 356	José A. V. Salgado.....	5 000\$00
8 357	Henrique S. Nunes	10 000\$00
8 847	Manuel N. Castelão	10 000\$00
5 225	Albano C. Luís	2 000\$00
10 039	Francisco H. Dias	10 000\$00
757	António S. Tavares	10 000\$00
11 686	Diamantino H. Silva.....	5 000\$00

(Faro)

3 369	António M. C. Brito	15 000\$00
-------	---------------------------	------------

(Porto)

9 298	Orlando S. Antunes	1 000\$00
X	Anónimo.....	5 200\$00

(Setúbal)

3 371	José S. P. Faria.....	1 000\$00
1 098	José D. Lobo.....	5 000\$00

(V. N. Famalicão)

7 333	José M. G. Ferros	2 000\$00
8 499	Francisco C. Torráo	1 000\$00
3 869	Joaquim G. S. Miranda.....	3 000\$00
1 435	Joaquim M. R. Rodrigues.....	1 000\$00

(Viseu)

12 024	Helder O. Silvério	1 000\$00
2 797	Mário Ferreira	2 000\$00
6 258	Armando V. C. Saraiva.....	10 000\$00
8 931	Luciano P. Santos	1 000\$00

NÃO SÓCIOS

Maria M. T. Simões	10 000\$00
Alm. Francisco F. Caeiro	9 000\$00
A Império, Lda. (Ensino Automobilístico)....	20 000\$00

(A transportar (DEZ92) 11 343 473\$20

Não entrando nestas contas, embora esteja dentro da campanha de angariação de fundos, há que assinalar mais 5 000\$00 da Cooperativa «A Luta», enviados em resposta às cartas da Comissão.



CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

- Informações
- Inscrições para a formação profissional dr.ª Manuela Bessa
- Consultas de Fisiatria
- Consultas de Psiquiatria D. Helena Soeiro

Av. João Paulo II — Arcozelo Telex: 762 91 15 / 762 98 15/76 98 40
- 4405 Valadares/Gaia Fax: 7629065

Transportes Delegação do Porto — Centro

ADFA	Centro	ADFA
9.30	12.30	13.00
14.00	17.00	17.30

Dias de consulta no HMR 1:

- Ligação ADFA/Porto-HMR1-Centro-ADFA/Porto

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 374 924\$00
UNO 455P	1 159 699\$00	1 563 924\$00
UNO 60 3P	1 117 554\$00	1 576 924\$00
UNO 60 5P	1 183 071\$00	1 652 924\$00
UNO DIESEL 3P	1 276 979\$00	1 910 924\$00
UNO DIESEL 5P	1 406 281\$00	2 060 924\$00
TIPO 1.400 S	1 460 101\$00	2 218 069\$00
TIPO 1.700 D	1 527 354\$00	2 847 644\$00
TEMPERA 1,4 SX	1 747 605\$00	2 551 574\$00
TEMPERA 1.4 (carrinha)	1 788 252\$00	2 592 924\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 - 2 P.	1.492.913\$00	2.265.553\$00
GOLF CL 1.4 - 4 P.	1.531.985\$00	2.310.877\$00
GOLF GL 1.4 - 2 P.	1.773.978\$00	2.591.588\$00
GOLF GL 1.4 - 4 P.	1.813.063\$00	2.636.927\$00
VENTO CL 1.4	1.690.160\$00	2.494.360\$00
VENTO GL 1.4	1.982.385\$00	2.833.341\$00
PASSAT CL TD	2.840.667\$00	4.143.602\$00
PASSAT GL TD	3.270.075\$00	4.641.716\$00
PASSAT VAN GL TD	3.017.182\$00	4.384.360\$00
PASSAT VAN GL TD	3.477.427\$00	4.882.244\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 19H30, para Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

ADFA — Delegação do Porto

Apoio aos sócios

- Compra de viaturas de qualquer marca
- Aquisição de pneus com desconto

A Delegação tem ao dispor dos seus associados um serviço que os apoiará na compra de viatura própria, o qual se encontra à disposição de todos, independentemente de estarem, ou não, abrangidos por legislação específica de isenção de impostos.

Para obterem informações mais detalhadas, devem os interessados contactar:

- gabinete de apoio aos órgãos da Delegação (sócio Abel Fortuna), pelo telefone 02/82 04 03, ou
- o colaborador da Direcção, sócio Américo Meireles, que atende nos primeiros sábados de cada mês, ou pelos telefones 02/82 04 03 e 02/995 58 60.

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL
Médico: sócio dr. Fernando Brito Terças e sextas-feiras, às 13 h.

PSIQUIATRIA
Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 h.

PSICOLOGIA
dr.ª Paula Frazão
Consulta de jovens — Consulta de adultos
Stress da guerra Segundas, Terças, Quartas e Quintas-feiras, 10/12 h.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL
dr.ª Paula Frazão Sextas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

SERVIÇO SOCIAL

Informam-se os interessados que até admissão de nova técnica, que irá substituir a dr.ª Gracinda Benedito, o serviço continua a ser garantido pelo seu responsável, major Silvério.

CONTENCIOSO

ADVOGADO
dr. António Carreiro — 3.ªs e 5.ªs-feiras a partir das 14.00 h.
(Marcação prévia por telefone 01/3462167/8 ou pessoalmente)

Outros Serviços

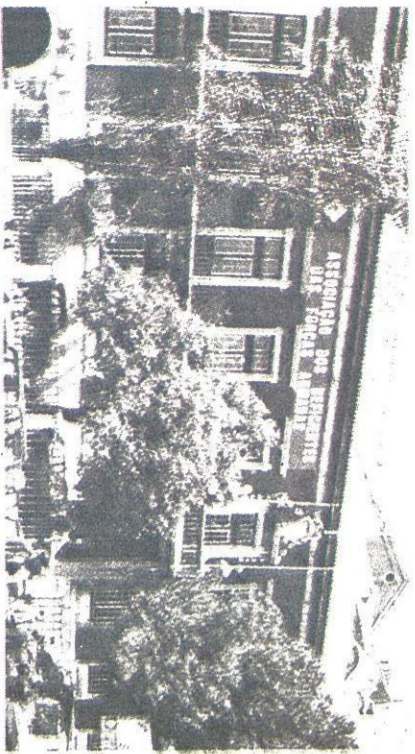
SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE
Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA
Segundas a sextas-feiras
10H00/14H00
15H30/18H00

SECÇÃO FOTOGRÁFICA:
Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, Fátima, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 3462167/8.
- As consultas de psicologia e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 01/3426247.

Quotas: adere ao novo sistema!



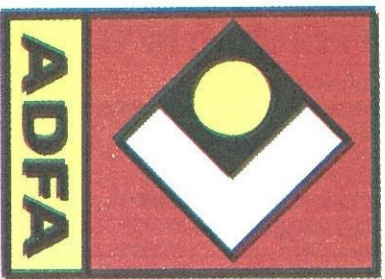
NOVA SEDE

O RECONHECIMENTO DA NOSSA RAZÃO



1993

VAMOS HABITAR A NOSSA NOVA CASA
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS



ESCREVEM OS SÓCIOS...



Ainda a «oficina» de próteses

«Há alguns anos a esta parte, durante uma reunião de informação a sócios realizada nos «Bombeiros», em Vila do Conde, conduzida pelos associados Fortuna, Noronha e Duarte, entre muitas perguntas feitas pelos presentes, recorde-me de alguém, magrinho de estatura e pouco letrado, ter afirmado que a Delegação do Porto da ADFA já não pertencia aos sócios, pois quando lá ia só via pessoas estranhas à nossa Casa e quase sem espaços onde se pudesse conversar com outros sócios eventualmente presentes ou mesmo com trabalhadores.

Aparentemente este sócio tinha razão, mas só aparentemente: é que se a ADFA hoje desfruta de justo prestígio no país, em parte deve-o ao facto de se ter lançado abertamente no projecto de «reabilitação e formação profissional», isto é, passou a fornecer «armas» aos deficientes militares e a outras pessoas com deficiência que assim passaram a lutar melhor na comparticipação laboral. Claro que em termos de espaços físicos a Delegação sofreu, a começar pela própria Direcção que quase não tinha lugar para reunir, tantos eram os cursos diurnos e nocturnos, mas creio que a maior parte dos sócios compreendeu e aceitou a situação. Foi esta a forma, decisiva, penso eu,

que a ADFA encontrou para, de uma vez por todas, passar a desfrutar de maior crédito junto do Poder. Tal não poderia, porém, eternizar-se a ponto de as nossas instalações ficarem totalmente degradadas. Assim foi necessário encontrar um espaço físico onde a ADFA continuasse a cumprir uma das vertentes da sua missão, tendo-se conseguido obter, inicialmente, um terreno junto da Câmara Municipal de Matosinhos, o qual se situa na Senhora da Hora, já que a verba de mais de 100 mil contos destinada à construção de um centro de raiz estava garantida antecipadamente. Em dada altura, porém, o Instituto do Emprego e Formação Profissional alertou a Associação para o facto de existir já um Centro de Reabilitação nos arredores do Porto, em Arcozelo-Gaia, mal aproveitado, pois a CERCIGAIA não conseguia ocupar os espaços lá existentes. Deste modo, o Instituto sugeriu que em vez de gastar a verba já referida no citado Centro da Senhora da Hora, seria preferível a ADFA passar, quase de imediato, a desenvolver aí a área de «Reabilitação e Formação Profissional», mediante obras de adaptação, embora em conjunto com a CERCIGAIA e o próprio IEFP, situação que daria, mais tarde, origem a uma entidade jurídica única.

É que a verba proveniente do Instituto, destinada a este fim, tem origem, em

parte, nos impostos que o cidadão paga, motivo por que a Direcção de então aceitou plenamente a sugestão em relação às instalações do Centro já existentes em Gaia. Não deixa a ADFA, por isso, de continuar a cumprir a sua missão de reabilitar e integrar profissionalmente sócios e outros deficientes, tendo à frente da estrutura do novo CRPG destacados e competentes associados nossos, cujo mérito e capacidade de organização são incontestáveis. Por outro lado, a ligação entre as instalações da ADFA/Porto e o CRPG está perfeitamente assegurada por autocarro e por carrinha do Centro, várias vezes por dia, transportando deficientes e trabalhadores.

Em face do que se descreve, não se compreende o «saudosismo» ou a discordância de alguns sócios quanto à instalação do novo Centro num espaço diferente do da Delegação, até porque no passado defenderam tal solução para a Senhora da Hora. Será que não ter instalações condignas para os sócios se sentirem em «sua casa» é que é bom? Ou teriam alguns associados saudades dos tempos em que a ADFA suportava sozinha o tipo de reabilitação que nós ministrávamos no Porto, com as inerentes e quase permanentes dificuldades? É que, meus amigos, quem vos escreve, em conjunto com outros, adiantou diversas ve-

zes dinheiro do seu bolso para pagar a fornecedores e o vencimento a trabalhadores, o que, para mim, são actos sagrados! Por isso, tenham paciência, mas não consigo perceber como é que alguns têm saudades das dificuldades e de uma certa confusão de instalações!!! Estas, final e felizmente, começam a ter novamente outra apresentação e certamente que os sócios, à medida que as visitem, sentirão maior aconchego, maior comodidade, numa palavra, sentir-se-ão mais em «sua casa», como aconteceu recentemente, aquando da festa de aniversário da Delegação, na qual participaram cerca de 150 pessoas, incluindo os Órgãos Sociais. Também esta Delegação teve o grato prazer e privilégio de assistir no agora, e de novo, «Salão Nobre», ao lançamento do livro «Viúvos de Guerra», da autoria do sócio Sá Flores, um caso humano em que todos devíamos meditar, por aquilo que representa de determinação, coragem e vontade de vencer. Esta cerimónia decorreu, pois, no lugar certo, com grande simplicidade e muita dignidade, mas também em instalações condignas e que deveriam, em meu entender, ser reservadas para actos muito especiais, como este que atrás se descreve.

Albino F. Oliveira
Duarte

sócio n.º 1383



CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

Av. João Paulo II
Arcozelo
4405 VALADARES

Tel. (02) 762 77 86

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

uma empresa para a integração

Por coincidência, chegou à nossa Redacção, neste período, a carta do nosso sócio que junto transcrevemos, o que nos permitiu abrir, da melhor maneira, cremos, este novo Suplemento dedicado ao Centro de Reabilitação da ADFA, o qual, como se sabe, é agora uma das três entidades componentes do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia/CRPG, sendo as outras o Instituto do

Emprego e Formação Profissional/IEFP e a CERCIGAIA.

E se no anterior espaço, publicada exactamente há um ano (ELO/DEZ/91), a nossa atenção foi dirigida muito especialmente ao funcionamento técnico do Centro, seus âmbito, programas e destinatários, agora vamos virar-nos, essencialmente, para acções comunitárias (CEE) em que actual-

mente se encontra envolvido.

Recordemos antes do mais, que ELO a tal já se referiu oportunamente, que a Comissão da Comunidade Europeia aprovou, estando em execução, desde ABR/88, a respectiva 2.ª fase, o «Programa HELIOS» — Acção para a integração social das pessoas com deficiência —, o que é base principal de articulação e desenvolvimento de uma vasta rede de projectos interligados, entre eles também o «HORIZON», que pretendendo responder a carências diagnosticadas no âmbito da formação e integração socioprofissional das pessoas deficientes e de grupos desfavorecidos», viu, ainda em recente decisão daquela Comissão, reforçados os respectivos recursos financeiros (HORIZON II), o que permite, entre outros «investimentos», apoiar a instalação, a compra de

equipamento a montagem dos «Centros de Recolha, Informação e Aconselhamento do Sistema HANDY-NET», um dos quais, em Portugal, é precisamente o CRPG.



helios

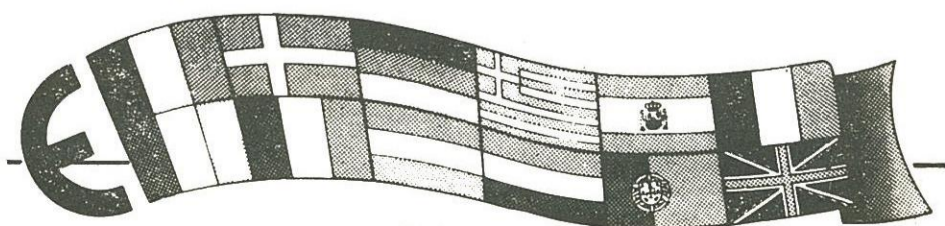
Destinando-se a servir um universo vastíssimo de «clientes», desde os próprios deficientes (e são cerca de 30 milhões no espaço CEE!) e/ou as suas famílias, aos profissionais e técnicos nas várias vertentes da reabilitação, passando pelos fa-

bricantes, os produtores, os distribuidores e os vendedores de «ajudas técnicas», quaisquer que elas sejam e que áreas abranjam, é um «banco de dados» sobre essas mesmas «ajudas» e todos os produtos informáticos que possam facilitar a vida dos deficientes, assim como sobre todas as organizações e entidades com eles relacionados e sobre legislação específica existente, devendo em breve ser alargado o seu conteúdo a campos tão diversificados como formação, emprego, acessibilidade, turismo e outros.

Como se deve calcular, para conseguir recolher e armazenar toda esta enorme quantidade de informação, tratan-

do-a de forma a ser acessível a todos os utilizadores, em qualquer ponto da CEE, e eventualmente fora dela, é necessário um grande e metódico trabalho de pesquisa, de contactos e, em especial, de organização, pelo que em cada país envolvido foram aproveitadas estruturas já anteriormente existentes, e portanto conhecedoras do meio, segundo um plano dividido em várias fases, das quais a primeira está cumprida e a segunda começa agora a concretizar-se.

Assim, e sempre no intuito fundamental quer de salvaguardar a qualidade técnica do trabalho exigido quer de garantir a validade e interesse das informações



a introduzir no sistema, foi proposto que toda a recolha de dados fosse da responsabilidade de entidades especializadas no objecto de análise. Deste modo, e num primeiro passo, que se iniciou em MAR/89 e se prolongou até JUN/91, o Secretariado Nacional de Reabilitação/SNR incumbiu-se da área de «legislação e formas de atribuição de ajudas técnicas», o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian das ajudas técnicas para deficientes motores», o Centro de Recursos da Direcção Geral dos Ensinos Básico e Secundário do

e aconselhamento HANDYNET», do que, para Portugal, resultou o aparecimento, por protocolo celebrado entre o SNR e o IEF, do «Centro Nacional de Coordenação HANDYNET»/CNCH, a quem cabe, muito especialmente, assegurar a operacionalidade e a optimização dos recursos técnicos e humanos.

Por outro lado, e para se fazer face às despesas inerentes quer à formação de técnicos quer ao equipamento dos Centros, estes candidatam-se, individualmente, a verbas do programa HORIZON e, globalmente, ao progra-

assegurar o seu próprio funcionamento e ao conjunto de acções e iniciativas que se pretaria a realizar para divulgar a sua actividade na respectiva zona de incidência.

Obedecendo a tais requisitos, foram propostos para a fase de 1992 as seguintes entidades, as quais passarão, assim, a fazer parte da «Rede Nacional de Centros HANDYNET»:

- no Norte — Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, para «informação e aconselhamento» em «deficiência motora»;

- no Centro — Centro de Paralisia Cerebral de Coimbra, em «comunicação» e em «deficiência motora»;

- em Lisboa — Liga Portuguesa dos Deficientes Motores/LPDM, em «deficiência motora»;

- no Sul — CERCI-Mor, em «comunicação» e em «software educativo»;

- na Madeira — Direcção Regional de Educação Especial, em «comunicação», em «deficiência visual», em «deficiência motora» e em «software educativo», e

- nos Açores I — Centro de Educação Especial, também nas 4 áreas.

Embora praticamente todos os programas comunitários impliquem procura e análise de dados, uns haverá que pelas suas características, ou pela tarefa específica que a um país ou a uma organização é cometida, tornam mais importante, ou primordial, essa acção. Assim, julgamos poder considerar, quanto ao CRPG, que o **projecto MODEMA** é, nesse campo, o de maior responsabilidade em que o Centro está envolvido, não só a nível nacional, mas também a nível internacional, já que lhe coube, para além do «trabalho de campo» em Portugal, o papel de, digamos, receptor dos elementos enviados pelos diversos parceiros europeus, analisando-os depois, conjugando-os e apresentando um trabalho final de síntese analítica, base do que virá a ser o produto último.

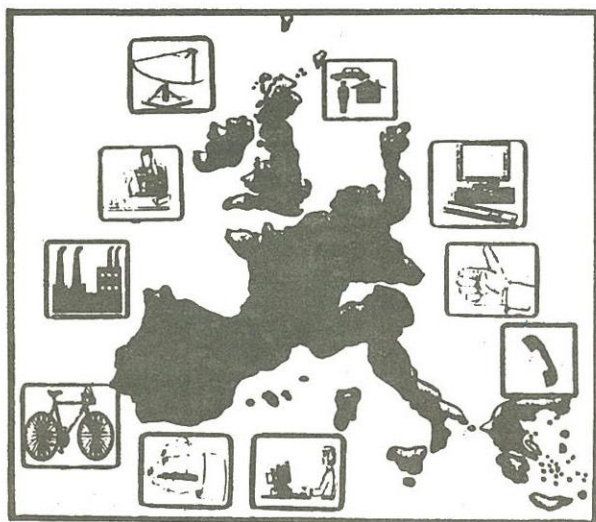
Conjugando o esforço de 6 entidades de 5 países (Bélgica, Espanha, Noruega, Portugal e Reino Unido/2), a ca-

motora e a visual — e a dois ambientes de trabalho — o de escritório e o industrial.

Neste momento, recolhidos, analisados, enviados e centralizados que foram grande parte (talvez mesmo a maior parte) dos dados que possam existir em toda a Europa comunitária, e não só, já funciona, em tempo de experimentação no CRPG, um programa protótipo cujas primeiras folhas de ecrã aqui mostramos.

Na sua fase final, o projecto MODEMA, abrangendo um campo muito mais vasto quer de deficiências quer de empregos, será o mais rápido, seguro e completo sistema de aconselhamento sobre o mercado de trabalho para deficientes, destinando-se não só a estes, como também a muitos outros utilizadores, nomeada-

HANDYNET



PORQUE A INFORMAÇÃO É INDISPENSÁVEL NUM MERCADO DE 30 MILHÕES DE PESSOAS

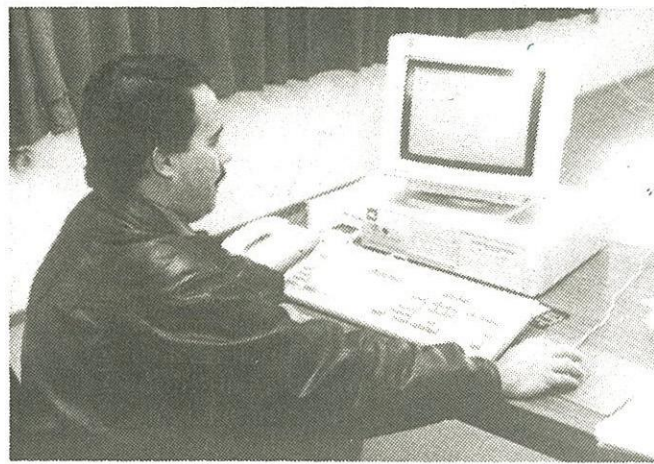


«software educativo», a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal/ACAP da «deficiência visual» e a Associação Portuguesa de Surdos/APS da «comunicação», passando a ser considerados «Centros Nacionais de Recolha de Dados».

Entretanto, e simultaneamente, é feita uma análise ao já realizado, pelos membros e peritos do programa HELIOS, tendo-se constatado, para além da necessidade de se promoverem acções de âmbito europeu de pré-formação, da conveniência da criação, em cada país, de uma estrutura que coordenasse e fizesse a gestão dos trabalhos de implementação e de funcionamento da rede dos já existentes «Centros de recolha de dados» e dos planeados «Centros de informação

ma operacional Telematique, podendo beneficiar, ainda, de apoios do FSE e do FEDER.

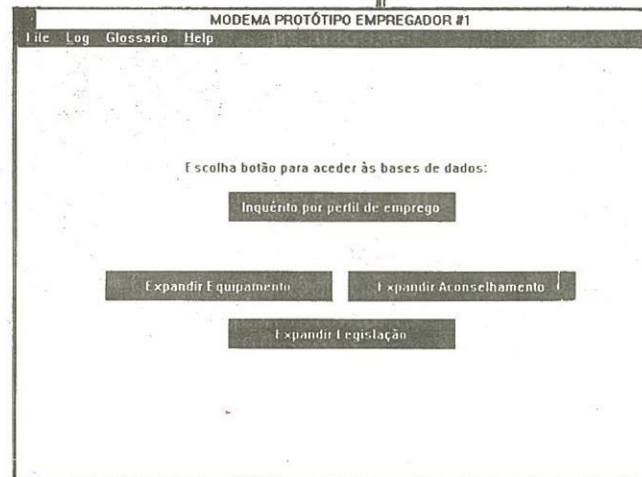
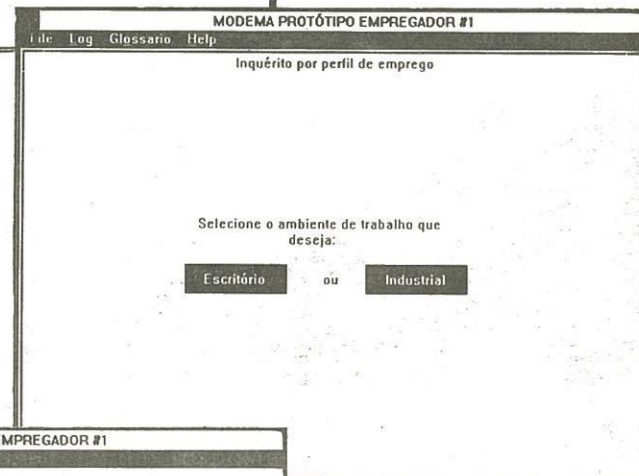
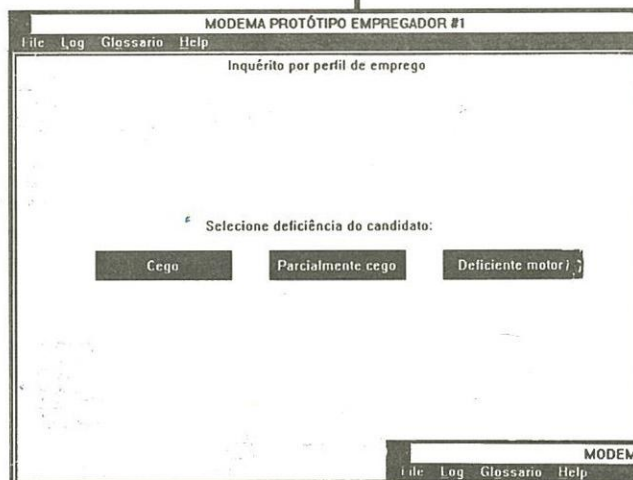
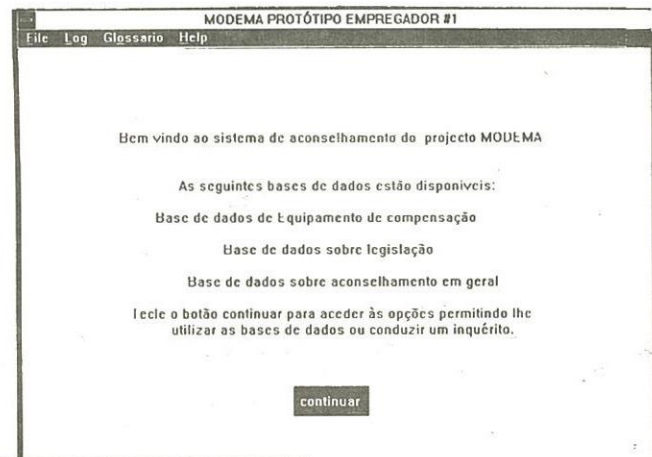
Prevista a sua nomeação por 1992 (regiões Norte, Centro, Lisboa, Sul, Madeira e Açores-I), 1993 (Bragança, Castelo Branco, Viana do Castelo, Setúbal, Aveiro e Açores-II) e 1994 (Braga, Guarda, Leiria e Faro), estando tal calendarização dependente, entre outros, das respostas às candidaturas apresentadas para fundos, os Centros a considerar deveriam obedecer a parâmetros de qualidade muito específicos e comprovados, nomeadamente quanto à área geográfica de atendimento, aos módulos em que se proporiam prestar informação e aconselhamento, à capacidade para disponibilizar elementos para

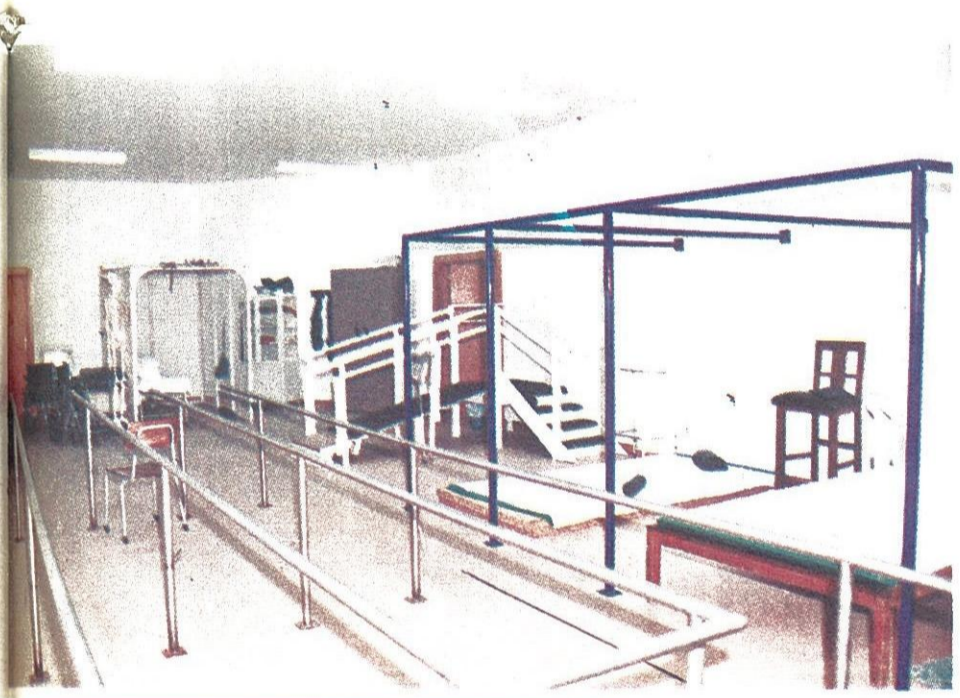
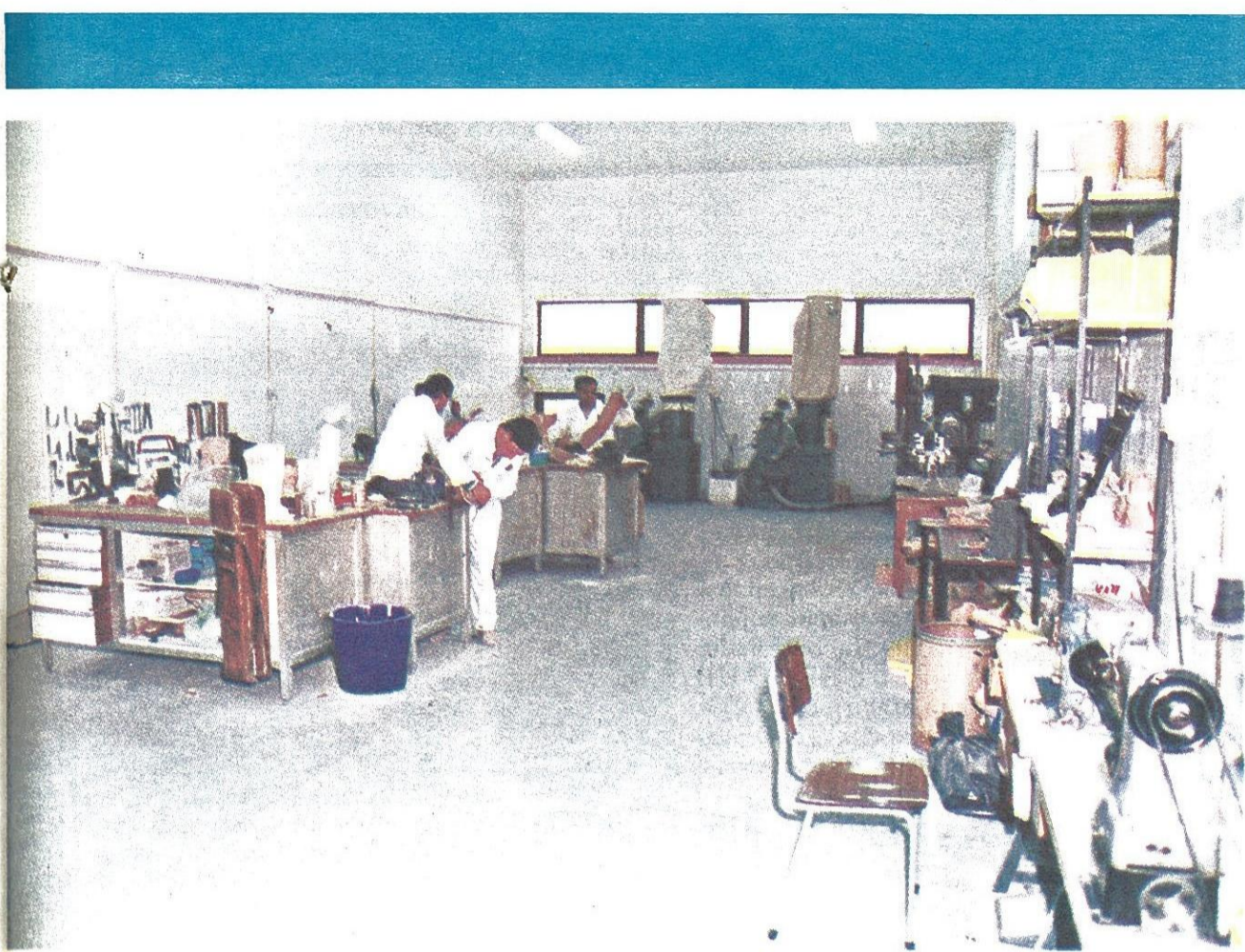


da uma das quais cabe uma acção complementar, no objectivo de ser criado um sistema informático que pretende melhorar o aconselhamento técnico existente sobre emprego para deficientes, fundamentado num estudo profundo e alargado não só sobre o mercado aberto de trabalho como também sobre os meios disponíveis que permitam ao deficiente entrar nessa «luta» em condições

quanto possíveis equivalentes aos demais candidatos, meios esses que passam quer pelas ajudas técnicas, quer por uma legislação adequada, quer pelos organismos e associações da área social.

Existindo condicionamentos de tempo, e certamente também de verbas, entendeu-se que, pelo menos nesta fase, o sistema fosse dirigido apenas a dois tipos de deficiência — a





CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA



mente empregadores e organismos oficiais.

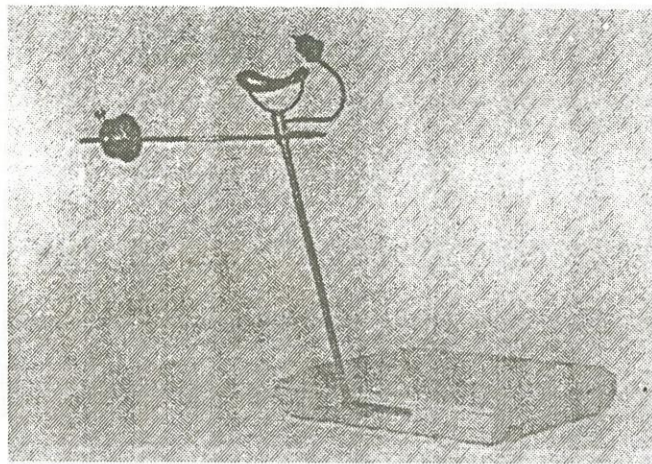
Mas falando de «mercado de trabalho», todos nós sabemos da grave crise que o sector atravessa, não só na Europa, claro, o que preocupa e afecta, de modo aparentemente mais directa, as pessoas em si, mas também os responsáveis, os governantes e as instituições oficiais.

A nível de CEE, o programa **FORCE** — «formação contínua na Europa» —, é um projecto piloto de parceria transnacional, como aliás a maioria, senão a totalidade deste tipo de «produto» comunitário, que visa, principalmente em relação às PME, fazer, digamos, uma análise de antecipação sobre o futuro, baseada num diagnóstico/exploração da situação vivida, a qual é, pode ser, comparada com outras semelhantes noutras regiões, permitindo assim uma previsão das necessidades, que podem

profissional contínua, única forma de se poder «aguentar» nas duras leis/lutas do emprego/desemprego.

Embora se pretenda desenvolver cada vez mais a ligação da empresa à região onde está implementada, cada acção, por candidatura, envolve normalmente quatro Estados membros, quer por troca de experiências e mesmo de tecnologias, quer por intercâmbio de pessoal ou de desenvolvimento de mercados, e outros. De momento, por exemplo, o CRPG integra um trabalho, no campo da formação profissional, junto de uma firma de sub-contratação automóvel que pretende, com certeza, melhorar grandemente a sua capacidade e rentabilidade.

Para terminar esta ronda pelos programas comunitários em que está envolvido o CRPG, vamos regressar ao princípio, para voltar a



da formação e da reabilitação, vocacionadas para a investigação e aplicação de ajudas técnicas e sistemas ergonómicos».

É que, neste momento, está em experiência, através e com acompanhamento do CRPG,

Esta mesma firma está também a avançar para outros protótipos para utilização de outros deficientes, como sejam o DEMO II (controlado pelo pé), o DEMO III (pelo braço), o DEMO IV (pela voz) e o DEVI (para cegos).



um protótipo de um aparelho — DEMO I —, desde há 3 anos desenvolvido por uma empresa portuguesa, que permite acesso de utilização de computadores aos paraplégicos superiores e aos tetraplégicos, já que não tendo teclado, o controle é feito apenas por movimentos de cabeça (queixo e boca).



FORCE
FORMATION CONTINUE EN EUROPE

passar por reciclagens, readaptações ou reconversões, tanto das próprias indústrias como do seu pessoal, o qual deverá, se, como é uso dizer-se, não quiser «perder o comboio», integrar-se na formação

falar do **HORIZON**, já que ele, para além de apoiar o sistema HAN-DYNET e outros, privilegia também projectos de, e citamos, «instalação, equipamento e montagem de unidades modelo da engenharia

DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

Reabilitação 90-92

Decorreram em Braga, este ano subordinadas ao tema «Inovar interagindo», as comemorações oficiais do Dia Nacional do Deficiente, entre 8 e 11 de Dezembro, com um programa muito vasto

em que se destacaram quatro mesas-redondas e um seminário, actividades desportivas e manifestações culturais e uma exposição subdividida em várias áreas, designadamente uma dedicada ao artesanato e outra às ajudas técnicas,

numa organização do SNR, em colaboração com um vasto leque de outras entidades e com a participação de numerosas associações de e para pessoas deficientes, entre elas o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.



CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

AVALIAÇÃO/ORIENTAÇÃO REABILITAÇÃO FUNCIONAL



FORMAÇÃO PROFISSIONAL READAPTAÇÃO AO TRABALHO



INFORMAÇÃO SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM REABILITAÇÃO

